



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO:
A PRÁTICA EDUCATIVA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA –
ELAA E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA-
UNILA

JEFFERSON DUARTE BRANDÃO

Foz do Iguaçu
2014



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA
ALIMENTAR**

EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO:

**A PRÁXIS EDUCATIVA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA – ELAA
E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA- UNILA**

JEFFERSON DUARTE BRANDÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientadora: Prof^a. MSc. Karen Santos Honório

Foz do Iguaçu
2014

JEFFERSON DUARTE BRANDÃO

EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO:

A PRÁXIS EDUCATIVA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA – ELAA
E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA- UNILA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. MSc. Karen Santos Honório
UNILA

Prof^a. Dr^a. Ana Alice Aguiar Eleutério
UNILA

Prof. Dr. Fernando José Martins
UNIOESTE

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho:

A Dona Lita (mama África).

A Dona Zéfa, mulher de luta.

A toda família Duarte do sertão ao litoral.

A Josuelito (in memoriam).

Ao povo do Caxuté, moyo.

A Santiago e Martina (in memoriam).

Aos estudantes mexicanos de Ayotzinapa.

Aos lutadores e lutadoras que “labutam”
diariamente pelos sonhos de construir um
mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

A todos que colaboraram de alguma forma com esse trabalho.

Aos Movimentos Sociais Populares do Campo que compõem a Cloc-La Via Campesina, pelo aprendizado compartilhado na luta do povo. A FEAB – CONCLAEA é de luta!!!

A ELAA e IALA Guarani por nos receber e compartilhar seus saberes.

A todos os que acreditam e lutam por uma UNILA cada vez mais “Latino americanizante”.

A professora orientadora por ter topado esse desafio, pela paciência e compreensão e aos professores/as da Banca pelas contribuições e pelo apoio.

Aos colegas e professores do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, que encaram o desafio de construir, se construindo...

A turma do II Curso Regional de Jovens Rurais da REAF, por ter compartilhado um pouco mais do campo latino-americano.

A Turma do Nueva que me propiciou boas amizades e muitos aprendizados... Aos amigos que ganhei em vários cantos da América Latina...

A turma de Baianos em terras fronteiriças valeu pela companhia...

A os colegas e amigos emarqueanos pela convivência em anos inesquecíveis da minha vida GELLS, COOPEMAC-VA e AGROUNI. Ao Cefet- VA e IF Baiano Santa Inês pela partilha de saberes...

Aos Colegas e amigos da UFRB, por fazerem parte da minha vida. A galera do Agrovida, por tudo que propiciou na minha formação...

Aos utópicos da Já- Baixo Sul e OPS nossa terra precisa de muito mais...

A aldeia de São Fidélis, Santa Luzia, Valença-Ba, Bahia e Nordeste onde aprendi e ei de aprender muito mais...

Aos amigos e camaradas que me inspiram, dar força e me ajuda a caminhar, vocês fazem parte da tribo da sensibilidade...

Meus modestos agradecimentos ao povo latino- americano razão de existir essa universidade!!! Ao povo brasileiro por contribuírem diariamente para manter com muito suor o ensino público do nosso país...

BRANDÃO, Jefferson Duarte. **Educação e Integração**: A Práxis Educativa da Escola Latino Americana de Agroecologia- ELAA e da Universidade Federal da Integração Latino- Americana- UNILA ed. 2014. 71p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar)- Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

RESUMO

A busca pela integração no continente latino-americano tem passado por diversos ciclos que datam desde a primeira metade do século XIX até o período atual, cada iniciativa rumo à integração da América Latina foi reflexo do cenário político e econômico do período em que foi proposta. Desde o surgimento da instituição universitária no continente, sempre foi priorizada oficialmente uma educação que refletiu muito pouco sobre as experiências históricas dos povos latino-americanos. O trabalho debate sobre as propostas de integração latino-americana expressas na práxis educativa da Escola Latino- Americana de Agroecologia- Elaa e da Universidade Federal da Integração Latino- Americana- Unila. O objetivo central da pesquisa descrita aqui é analisar as práticas educativas e as propostas pedagógicas desenvolvidas pela Elaa e Unila no âmbito dos cursos de Tecnologia em Agroecologia e Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Enquanto a Elaa tem suas origens no processo de integração proposto pela Alba e nos Movimentos Sociais Populares do Campo organizados a partir da Cloc-Via Campesina onde busca-se articular à luta pela terra com a demanda por uma educação concebida no sentido mais amplo, onde o processo formativo esteja vinculado à perspectiva de transformação social. A Unila é uma instituição que se configura através de uma iniciativa do governo brasileiro, cujo objetivo maior seria formar recursos humanos em múltiplas áreas do conhecimento, com enfoque no contexto latino-americano e especificamente no âmbito do Mercosul. As metodologias utilizadas durante o desenvolvimento desse trabalho se embasaram na revisão bibliográfica sobre o tema, na análise dos projetos políticos pedagógicos dos cursos pesquisados, além do acesso a fontes primárias produzidas pelas instituições investigadas. Também foram utilizadas abordagens como: a observação participante e a pesquisa ação e na interpretação dos dados obtidos optou-se pela análise a partir do método dialético. Por fim verificou-se um conjunto de elementos que serviram para avaliar os pontos de diferenças e convergências propiciados pela trajetória ainda em construção de cada uma das experiências estudadas, apontando inclusive a oportunidade de uma possível interação entre os espaços estudados.

Palavras-chave: América Latina. Educação. Movimentos Sociais do Campo. Agroecologia. Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BRANDÃO, Jefferson Duarte. **Educación y Integración:** la praxis educativa de la Escuela Latino Americana de Agroecología- ELAA e de la Universidad Federal de la Integración Latino-Americana. 2014. 71 p. Trabajo del Conclusión del Curso (Graduación en Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria) – Universidad Federal de la Integración Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

RESUMEN

La búsqueda por la integración en el continente latinoamericano, ha pasado por diversas etapas que se inician con la primera mitad del siglo XIX hasta el período actual, cada iniciativa rumbo a la integración de América Latina reflejó el escenario político y económico del período en que fue propuesta. Desde el surgimiento de la institución universitaria en el continente, siempre fue priorizada oficialmente una educación que representa muy poco las experiencias históricas de los pueblos latinoamericanos. El siguiente trabajo, debate sobre las propuestas de integración latinoamericana expresadas en la praxis educativa de la Escuela Latinoamericana de Agroecología-Elaa y de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana-Unila. El objetivo central de la investigación aquí descrita, es analizar las prácticas educativas y las propuestas pedagógicas desenvueltas por la Elaa y la Unila en el ámbito de los cursos de Tecnología en Agroecología y Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria. La Elaa tiene sus orígenes en el proceso de integración propuesto por el Alba y en los Movimientos Sociales Populares del Campo, organizados a partir de la Cloc-Via Campesina donde se busca articular la lucha por la tierra con la demanda por una educación concebida en el sentido más amplio, donde el proceso formativo esté vinculado a la perspectiva de transformación social. La Unila es una institución que se configura a través de una iniciativa del gobierno brasilero, cuyo objetivo mayor, sería formar recursos humanos en múltiples áreas de conocimiento con enfoque en el contexto latinoamericano y específicamente en el ámbito de Mercosur. Las metodologías utilizadas durante el desenvolvimiento de este trabajo se fundamentaron en la revisión bibliográfica sobre el tema, en el análisis de los proyectos políticos pedagógicos de las carreras investigadas, además del acceso a fuentes primarias producidas por las instituciones arriba mencionadas. También, fueron utilizadas abordajes como la observación participante, pesquisa acción y en la interpretación de los datos obtenidos, se optó por el análisis a partir del método dialéctico. Al final se verificó un conjunto de elementos que sirvieron para determinar los puntos de diferencias y convergencias propiciados por la trayectoria aún en construcción de cada una de las experiencias estudiadas, verificando inclusive la oportunidad de una posible interacción entre los espacios investigados.

Palabras Claves: América Latina. Educación. Movimientos Sociales del Campo. Agroecología. Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Aula Inaugural de Educação do Campo/Elaa	38
Fotografia 2 – Placa Inauguração da Elaa	38
Fotografia 3 – Produção de Mudas Iala Guarani.....	40
Fotografia 3 – Aula Iala Guarani.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS (OPCIONAL)

ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
ANAMURI	Associação Nacional de Mulheres rurais Indígenas (Chile)
CELAC	Comunidade de Estados Latino- Americanos e Caribenhos
CLOC	Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo
CLACEEA	Congresso Latino-Americano e Caribenho de Entidades Estudantis de Agronomia
CONAMURI	Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (Paraguai)
DRSA	Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar
ELAA	Escola Latino-Americana da Agroecologia
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
IALA	Instituto Latino-Americano de Agroecologia
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IMEA	Instituto Mercosul de Estudos Avançados
MAP	Movimiento Agrario y Popular (Paraguai)
MCNOC	Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (Paraguai)
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MCP	Movimiento Campesino Paraguayo
MNCI	Movimiento Nacional Campesino Indígena (Argentina)
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
OLT	Organización de Lucha por la Tierra (Paraguai)
ONAI	Organización Nacional de Aborígenes Independientes (Paraguai)
REAF	Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFPR– LITORAL	Universidade Federal do Paraná/Campus Litoral
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
VIA CAMPESINA	Movimento Internacional de Camponeses

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 UNILA UM PROJETO DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA?	19
1.1 UNILA UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO	20
1.2 O CURSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR	25
1.2.1 As Abordagens do Desenvolvimento Rural e da Segurança Alimentar no Curso de DRSA	26
1.3 AS COMPETÊNCIAS PRESENTES NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM DRSA.	29
1.3.1 O Caráter do Ensino, Prática Pedagógica e Currículo na Graduação em DRSA	30
2 A ELAA E AS IALA'S: UMA CONSTRUÇÃO POPULAR LATINO-AMERICANA?	34
2.1 ELAA e IALA's EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA AMERICA LATINA A PARTIR DA CLOC-VIA CAMPESINA	36
2.2 A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA NA ELAA	42
2.3 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS DE AGROECOLOGIA ORGANIZADA PELO MOVIMENTO	43
2.3.1 Por que Optar pela Formação em Agroecologia	45
2.3.1.1 <i>Quanto ao currículo, conteúdos e o perfil do profissional Tecnólogo em Agroecologia</i>	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS	60
ANEXO A – Estrutura Curricular DRSA	61
ANEXO A – Conteúdo ELAA	62
ANEXO A – Acordo de Cooperação	63
ANEXO A – Declaración Final CELAC	66
ANEXO A – Sobre ABC Color y su campaña sucia contra el IALA	69

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende descrever os processos presentes nas propostas de integração Latino Americana expressas na práxis educativa da Escola Latino-Americana de Agroecologia - Elaa e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila. O objetivo central do trabalho descrito aqui é analisar as práticas educativas e as propostas pedagógicas desenvolvidas pela Elaa e Unila no âmbito dos cursos de Tecnologia em Agroecologia e Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, respectivamente. Para alcançar o objetivo proposto foi realizado um breve panorama sobre o percurso traçado pelas experiências das instituições analisadas desde sua gênese ao contexto atual, seguidos de uma exposição dos projetos pedagógicos dos cursos estudados, considerando as propostas pedagógicas e metodologias adotadas a fim de relacioná-las com os atores envolvidos na construção e na trajetória dos cursos em questão. Por fim o trabalho buscou articular algumas reflexões, levando em consideração a natureza de cada uma das instituições citadas acima que por sua vez se propõem a utilizar a educação como ferramenta potencializadora da integração latino-americana.

O trabalho aqui apresentado se estrutura em dois capítulos. O primeiro deles se intitula: Unila um projeto de integração latino americano? E pretende expor sobre o contexto de surgimento da Unila, evidenciando de maneira breve sua proposta política e pedagógica. Mas adiante este capítulo evidenciará questões em torno do Projeto Pedagógico proposto pelo curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar- DRSA destacando dimensões ligadas a sua proposta e prática pedagógica.

No capítulo posterior o trabalho abordará sobre a Escola Latino Americana e Institutos Latino Americanos de Agroecologia- Elaa/lala's, dando ênfase ao protagonismo exercido pelos Movimentos Sociais do Campo na construção destas experiências. Ainda nesse capítulo serão apresentados os princípios em que estão alicerçados o projeto e as práticas pedagógicas desenvolvidas pela Elaa.

E, por fim apontaremos por meio das considerações um conjunto de elementos extraídos por meio do percurso realizado durante a construção desse trabalho, buscando apresentar algumas reflexões obtidas a partir dos objetivos propostos inicialmente, apontando processos que podem colaborar não só com futuras pesquisas sobre o tema, mas, também com a aproximação e construção de relações entre os espaços estudados.

A universidade, em sua gênese, no que se refere ao acesso de alunos, nunca foi universal. A entrada estava limitada àqueles que podiam pagar pelos serviços e ao clero. As diversas ordens religiosas criaram suas próprias faculdades e, posteriormente, universidades para formar a intelectualidade de acordo com seus preceitos e teorias. Assim, ao longo dos séculos de existência, a universidade se tornou uma instituição da e para as classes dominantes. Na América Latina esse processo não foi tão diferente, pois, a instituição universitária foi implantada no continente pelos Reinos da Espanha e de Portugal, sendo assim incorporada à lógica colonial. Portanto, entender como se deu o surgimento da instituição universitária na América Latina, sem dúvidas nos ajuda a compreender os projetos de ensino superior que serão analisados nesse trabalho.

A Elaa/lala têm suas origens nos Movimentos Sociais Populares do Campo organizados a partir da Via Campesina (Organização Internacional de Organizações Camponesas) onde busca-se articular a luta pela terra com a demanda por uma educação concebida no sentido mais amplo, onde o processo formativo esteja vinculado a perspectiva de transformação social. No caso da UNILA a instituição se configura como uma iniciativa do governo brasileiro, cujo objetivo maior seria formar recursos humanos em múltiplas áreas do conhecimento com enfoque no contexto latino-americano.

Em relação à integração Latino-Americana cabe destacar que a região tem passado por diversos ciclos que datam desde a primeira metade do século XIX até o período atual, esse conjunto de iniciativas rumo à integração da América Latina foi chamado de ondas integracionistas. De maneira geral um ponto crucial a ser superado para efetivação de uma agenda que propicie de fato uma integração latino-americana é a superação do modelo dependente de reprodução de capital, pois, conforme Ruy Mauro Marini analisou a América Latina historicamente se pautou política e economicamente por atender às exigências dos grandes centros industriais através, por exemplo, da especialização em exportação de matérias primas e à medida que faz isso aprofunda ainda mais essa dependência (SILVA, et.al, 2008).

Assim sendo, é de grande importância debatermos a integração latino-americana nos marcos da descolonização política, daí nosso olhar especial aos processos que tem se conformado em “blocos” e ou iniciativas promovidas por estados da respectiva região e que necessariamente não baseiam sua agenda exclusivamente pela pauta comercial e competitiva seguem em curso atualmente como as seguintes experiências: Mercado Comum do Sul- Mercosul, União das Nações Sul-Americanas- UNASUL,

Comunidade de Estados Latino- Americanos- CELAC e Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América –Alba este último destaca-se uma integração embasada nos princípios de “solidariedade, complementaridade, cooperação, justiça social e respeito à soberania dos povos e nações” (CAMPOS, 2014).

Ao decorrer do trabalho, utilizamos como suporte, referências bibliográficas, análise de documentos como os projetos políticos pedagógicos do curso de Tecnologia em Agroecologia da Elaa e de DRSA da Unila, além de trabalhar abordagens como a observação participante e a pesquisa ação nos espaços estudados, conforme Barbier (2007) apresenta a pesquisa ação se situa em uma crítica ao modelo de pesquisa “convencional”, pois, uma de suas propostas é justamente buscar permitir uma interação maior do pesquisador com os membros dos grupos envolvidos no tema da pesquisa.

No que tangem as análises e reflexões expostas a partir das fontes levantadas e a partir da interação com espaços pesquisados optou-se por utilizar alguns fundamentos do materialismo histórico dialético, que tem como uma tese do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política, cultural, dentre outras questões(FERNANDES, 1980). Nesse sentido para interpretarmos dialeticamente a conjuntura destacamos a necessidade tomarmos em conta os seguintes elementos: os acontecimentos que nos levaram a analisar um determinado momento; o cenário em que se desenvolvem as ações presentes na respectiva trama social; os atores envolvidos no processo sob análise; a relação de forças expressa pelo antagonismo dos sujeitos envolvidos no contexto a ser analisado e por fim a articulação entre estrutura e conjuntura estabelecidas diante do fato ocorrido que se pretende analisar (SOUZA H., 2014).

E para utilizarmos esse método é necessário levarmos em conta o seguinte fundamento tomado por Foladori (1990) do epílogo do primeiro tomo de O Capital:

La investigación debe captar con todo detalle el material, analizar sus diversas formas de desarrollo y descubrir la ligazón interna de éstas. Sólo una vez cumplida esta tarea, se puede exponer adecuadamente el movimiento real. Si se acierta a reflejar con ello idealmente la vida del material investigado, puede parecer que lo que se expone es una construcción apriorística.” (MARX- ENGELS, 1970:79).

Ainda sim é importante destacarmos que para analisar algum processo a luz da dialética deve-se reconhecer a constante emergência do novo na realidade

humana afim de que haja a possibilidade de se (re) pensar as interpretações em meio a situações modificadas. A cristalização ou estagnação das sínteses se opõe a própria ideia de dialética, negando inclusive a existência da mesma (KONDER, 1994).

Antes ainda de iniciar de maneira propriamente dita o trabalho aqui desenvolvido se faz necessário incluímos alguns apontamentos sobre o surgimento do ensino agrícola na América Latina e também sobre o contexto vivenciado no cenário agrário atual.

O ensino superior agrícola na América Latina remonta à segunda metade do século XIX, mais precisamente ao ano de 1859, e teve sua primeira experiência no Brasil a partir do curso de Engenharia Agrônômica ofertado pelo Imperial Instituto Bahiano de Agricultura- IIBA¹ construído em São Bento das Lages, na cidade de São Francisco do Conde- BA.

A motivação para a instalação do IIBA se daria com o objetivo de salvar a lavoura nacional do aniquilamento. De certa maneira a ideia de criar uma instituição de ensino superior agrícola no país, teve sustentação na disseminação das ideias progressistas, que tomaram o país depois da proclamação da maioridade de D. Pedro II (ARAÚJO, 2010). Tourinho (2000) caracteriza a década dos anos 1850 como uma época de otimismo continuado que apesar das contradições vivenciadas nesse período, com destaque, para a supressão do tráfico de escravos em 1850, ainda sim essa década sinalizou uma recuperação do impacto econômico ocorrido na década de 1930, graças a utilização dos capitais, liberados pela supressão do tráfico e a criação de estabelecimentos bancários.

O surgimento do IIBA é também um reflexo das dificuldades e conflitos, oriundos da estrutura socioeconômica predominante na metade do século IXX na Província da Bahia. Neste período, a indústria açucareira no Brasil lutou com dificuldades internas e externas que acabaram por reduzir um produto essencialmente de exportação como o açúcar a um lugar secundário no comércio mundial e a levar as regiões produtoras a uma situação de decadência. Os impactos desse período foram muitos e derivaram principalmente dos fatores de mercado como: preço, técnica e mão de obra. Diante de tais problemas, a modernização passou a ser a saída para a crise que a essa altura já era nacional. Na Bahia o IIBA expressou uma das alternativas encontradas pela

¹ A primeira turma do IIBA só iniciou oficialmente na segunda metade de 1870 e após um longo processo de mudanças para outras cidades da Bahia o curso de Eng. Agrônômica oriundo do IIBA está atualmente localizado em Cruz das Almas- BA, no Campus de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas- CCAAB da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB.

elite e pelos setores mais progressistas locais que buscavam superar os impactos negativos vigentes sob a economia açucareira naquele período (TOURINHO, s/d).

Após quase dois séculos, da criação de seu início até os dias de hoje, a Agronomia contribuiu para uma profunda alteração das formas de produção na agricultura. O seu objetivo central, dentro dos pressupostos que fundamentaram a sua criação e organização como ciência, de viabilizar uma produção agrícola em quantidades adequadas ao comércio capitalista, já foi amplamente atingido (TUBIANA; MARLOIE, 1995 apud CAVALETTI, 1999).

O fato de ser muito superior às necessidades reais, a capacidade concreta da produção agrícola, realizada ou não, tanto a nível mundial como a nível latino-americano, não impede que a Agronomia continue sendo utilizada a serviço do crescimento e manutenção do lucro do setor caracterizado como agronegócio que sob o discurso de aumentar tecnificação para expandir a produção “sustenta o mito, que na verdade pretende alongar o período de uso, para continuar a produção de lucros das tecnologias de ponta, através de sua implantação nos países dependentes tecnologicamente” (CAVALETTI, 1999: 51). Acabando por restringir o papel da Agronomia apenas a comercialização e aplicação dos pacotes tecnológicos e do processamento primário da produção agrícola.

Apesar da diversidade que conforma o território latino-americano, a algumas dinâmicas que são comuns as diferentes sociedades que o compõe. Entre estas similaridades destacamos as estruturas sociais, que expressam os conflitos políticos derivados dos interesses das classes sociais que desde o período colonial, estruturaram em cada país um núcleo duro do poder antes expressos pelas oligarquias agrárias e hoje evidenciado pelo agronegócio, capitaneado pelo capital financeiro internacional.

Por tanto esse projeto, que se encontra hegemônico se expressa na super exploração das vantagens comparativas naturais que entre suas várias faces, se apresenta-se sob a forma de renda fundiária, para se manter. Este modelo lança mão de vários aparatos ideológicos e de Estado, assim, a economia do agronegócio vai além da estratégia econômica, para construir sua dominação, pois, este modelo age por meio da grande propriedade fundiária (latifúndios); das cadeias agroindustriais que na maioria das vezes estão ligadas aos setores externos que atuam na exportação; também atuam fortemente a partir das burocracias de Estado. E por meio desta estratégia, o setor se dedica a acumular capital através do setor primário. No atual contexto que vivemos esse projeto não atua mais a partir da estratégia de subsidiar a industrialização, pois,

atualmente esse modelo atua prioritariamente sob o controle do sistema econômico (DELGADO, 2012).

O estudo da agricultura sob o modo capitalista de produção tem-se caracterizado pelo debate político entre as muitas correntes de pensamento que dedicam atenção especial ao campo. Todos procuram de uma forma ou de outra, entender o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista. Essa etapa, por sua vez, apresenta traços típicos como a presença de grandes complexos industriais a integrar a produção agropecuária. Esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo (OLIVEIRA, A., 2007: 08).

Frente a este processo exposto acima entram em cena duas interpretações que analisam o papel dos grupos que, apesar de viverem no espaço rural não ocupam centralidade no projeto de modelo produtivo que o agronegócio tem adotado como estratégia para a produção no campo dos países latino-americanos.

Uma das interpretações deriva do paradigma da Questão Agrária, cujas reflexões vêm segundo Felicio (2011) desafiando as leituras teóricas de distintas áreas do pensamento científico, pois, contrapõe o agronegócio como único modelo de produção agrícola possível no presente, enfatizando o campesinato como um sujeito que possui uma forma de praticar agricultura alicerçada na soberania alimentar e com base nos fundamentos e valores da cultura camponesa que atuam a partir de uma relação de coexistência como os recursos provenientes da natureza. É tomando como base essa perspectiva, que a Questão Agrária busca interpretar de que maneira se dá a dialética expressa na relação Campesinato versus Capital e a partir daí busca-se compreender os processos de “integração-subalternidade-e/ou resistência”, além do fenômeno evidenciado atualmente e chamado de recampesinação. Essas dinâmicas têm sido interpretadas de diferentes formas, inclusive, há algumas leituras que seguem prevendo um possível fim do campesinato, ou então mais contemporaneamente aquelas que relatam a ocorrência de uma metamorfose que transformara o campesinato em agricultora familiar e, o processo de recampesinização. No entanto há autores que expressam a seguinte reflexão:

A reivindicação, formulada pelos movimentos rurais mais ativos e organizados (MST, MPA, MAB etc.), de um qualificativo de camponês mercado de troca capitalista, não é inocente (Aubertin & Pítou, 2006). Bastante legítima essa

reivindicação visa o desenvolvimento de um projeto que se oponha ao modelo de inserção competitiva da agricultura familiar no a reivindicação visa o desenvolvimento de um projeto camponês moderno para o século XXI, construído em torno de três características-chave. São elas as noções de autonomia (segurança alimentar, autoconsumo, dispositivos próprios de aprendizagem e de produção de inovação etc.), de cooperação (cooperativas de crédito, fundos de crédito mutualizado, empreendimentos e projetos de economia solidária, etc.) e de qualidade de vida (produção mais sadia e ecológica, proteção dos recursos naturais renováveis, qualidade dos produtos, acesso à saúde e à educação pública etc.) (SABOURIN, 2009, p. 281-282 apud FELICIO, 2010).

Uma segunda interpretação deriva das análises em torno do paradigma do Capitalismo Agrário, a qual aponta que futuro do campesinato se projetará à medida que este for se inserindo na dinâmica da agricultura em curso. Daí então o porquê dos teóricos do paradigma expresso por essa vertente tratarem muito pouco sobre as interpretações da luta de classes e menos ainda dos processos derivados da resistência do campesinato. Isso em parte se explicaria pela justificativa de que o termo camponês teve uma origem política a partir da atuação da esquerda latino-americana, que teria acrescentado indevidamente, o conceito de campesinato tanto ao discurso político, como também ao trato da questão agrária (MARTINS, 2000 apud FELICIO, 2011).

No entanto Felicio (2011) ao citar WANDERLEY (2001, p. 36-55) afirma que os elementos que a autora utiliza para interpretar o campesinato no Brasil estão relacionados a submissão, ao isolamento, a pobreza, a precariedade, agricultura itinerante, cultivadores pobres livres, auto-consumo, agricultura de subsistência. E ao tomar as análises derivadas dessas características a autora afirmaria que essa forma de agricultura tem “que se adaptar às exigências da agricultura moderna, essa forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses (...)” (FELICIO, 2011 apud WANDERLEY, 2001, p. 52). Daí então deriva a principal oposição entre os paradigmas destacados qual o papel dos camponeses no atual cenário da agricultura.

1. UNILA UM PROJETO DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA?

Em dezembro de 2007, o Ministério da Educação submeteu ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, um Projeto de Lei propondo a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). A instituição deveria ter sua sede localizada no município de Foz do Iguaçu- PR, devido ao fato de que esta cidade esta localizada na fronteira de três países sul-americanos, o que poderia favorecer significativamente para fortalecer o diálogo e interação regional.

A Unila foi criada pela lei nº 12.189, de doze de janeiro de 2010, e tem como missão “contribuir para o avanço da integração da região, com uma oferta ampla de cursos de graduação e pós-graduação em todos os campos do conhecimento abertos a professores, pesquisadores e estudantes de todos os países da América Latina”. O respectivo trabalho apresenta que a Unila pretende contribuir para o “aprofundamento” do processo de integração regional, através do conhecimento “compartilhado”, promovendo pesquisas avançadas em rede e a formação de recursos humanos, a partir do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA) órgão vinculado a própria instituição, que dentre outras iniciativas poderá promover cátedras regionais nas diversas áreas do saber artístico, humanístico, científico e tecnológico (IMEA, 2009).

A vocação da Unila é de ser uma universidade cuja missão será a de contribuir para a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e da cooperação solidária entre as universidades, organismos governamentais e internacionais. (IMEA, 2009:55)

A Unila esta alicerçada em uma proposta de organização administrativa inovadora e com uma concepção acadêmico-científica comprometida com o destino das sociedades latino-americanas, cujas raízes estão referenciadas na herança da Reforma de Córdoba (1918). Para alcançar seu projeto de origem a universidade tem como pilar principal a identidade latino-americana, no que tange sua “diversidade cultural, bem como uma orientação voltada para um desenvolvimento comprometido com a justiça social e sustentabilidade socioambiental” (IMEA, 2009:09).

1.2 UNILA UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO

Na concepção da Unila, destaca-se a potencialidade da construção da primeira universidade bilíngue em território brasileiro, a proposta atual de implantação da Unila aponta para uma universidade que abrigue docentes e estudantes dos diversos países da América Latina. Conforme a proposta pedagógica da instituição a meta é ter 10.000 alunos e 500 professores, onde metade destes é oriunda do Brasil e a outra metade seria oriunda dos demais países da América Latina. Essa exigência atualmente não vem sendo alcançada pela instituição.

De acordo com o IMEA (2009) A Unila dará prioridade à rede de Universidades públicas ligadas a Associação Grupo de Montevideu- AUGM, fundada em 1991 como uma iniciativa pioneira de cooperação interuniversitária no âmbito dos países membros do Mercosul ampliado. Atualmente esta rede conta com a participação de distintas universidades oriundas de diversos países da região como: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Durante o percurso de implantação da Unila foram realizadas aproximadamente onze reuniões que debateram as principais diretrizes para a criação da universidade. A primeira reunião ocorreu em Brasília, no mês de março do ano de 2008, onde foi empossada a Comissão de Implantação da Unila- CI-Unila. Desde então as demais reuniões passaram a ocorrer em Foz do Iguaçu- PR e Curitiba- PR, contando com a participação de diversas instituições dentre elas representantes de universidades públicas, do Ministério de Educação- MEC, da Fundação Parque Tecnológico de Itaipu- FPTI e autoridades convidadas como o prefeito de Foz do Iguaçu- PR, de representantes de diferentes países da América do Sul, Deputados Federais, representação da União de Estudantes do Paraná- UPE dentre outras. (IMEA, 2009: 65)

Dentre os principais temas debatidos ao longo das reuniões podemos citar: a discussão sobre a criação da biblioteca da Unila; sobre a Consulta internacional acerca do projeto da Unila; sobre a contratação de professores, como por exemplo, a legislação brasileira pode permitir a seleção de professores visitantes da América Latina; a criação das Cátedras Latino-Americanas²; debates sobre o perfil dos cursos a serem

² O Programa de Cátedras Latino-Americanas conta com mais de 20 edições já realizadas e tem o objetivo de colaborar com a construção de conhecimento em diferentes temas de importância para integração da América Latina e orientar as atividades acadêmicas da Unila. Cada Cátedra tem um patrono escolhido entre nomes de pensadores latino-americanos que legaram uma relevante contribuição acadêmico-científica, associada uma área do saber, e oriundo de diferentes países da América Latina. Quanto aos fundadores das Cátedras, estes

implantados na Unila; regularização da doação do terreno de Itaipu; apresentação do projeto do arquiteto Oscar Niemeyer; definição da residência estudantil; intercâmbio com universidades argentinas; consulta internacional a especialistas; intercâmbio internacional com a América Latina, Espanha e França. (IMEA, 2009: 84).

Foi na décima primeira reunião da CI-Unila, realizada em Foz do Iguaçu, em junho de 2009 que foi oficialmente instalado o IMEA que por sua vez assume o protagonismo na construção da universidade, a partir daí começam as atividades das Cátedras Latino-Americanas. (IMEA, 2009: 104).

O Estatuto da Unila foi aprovado em 2012 e é o documento responsável por versar de maneira ampla as principais diretrizes e princípios da referida instituição. Em seu artigo 5º o Estatuto da Unila aponta dentre outras questões que a educação oferecida pela instituição é bilíngue: português e espanhol.

Além disso, o referido documento aponta no artigo 6º os seus objetivos institucionais dos quais entre estes destacamos: a formação de cidadãos, que possuam competência acadêmico-científica e profissional, visando contribuir para o avanço da integração latino-americana e caribenha promovendo para isso o conhecimento dos problemas sociais, políticos, econômicos, ambientais, científicos e tecnológicos dos diferentes países da América Latina e Caribe; promoção da cooperação com vistas ao desenvolvimento regional, nacional e internacional, a partir da produção de conhecimentos artísticos, científicos e tecnológicos que respondam às demandas de interesse da sociedade latino-americana e caribenha; Destacam-se também como parte dos princípios a necessidade do diálogo contínuo da Unila com a sociedade, através de amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e a sociedade civil organizada; aponta-se como demanda a efetivação da interdisciplinaridade no conhecimento, bem como nas suas respectivas concepções nos âmbitos pedagógicos, de ensino, da pesquisa e da extensão. A Unila deve conceber a universalidade do ensino, da pesquisa e extensão, em consonância com “seus objetivos institucionais e finalmente garantir a igualdade de acesso e condições de permanência na UNILA, adotando políticas de inclusão social” (ESTATUTO DA UNILA, 2011:3).

O Regimento da Unila em seu artigo 87º aponta que os órgãos suplementares da Reitoria da Unila são: a Biblioteca Latino-Americana - Bi-unila, a Editora Universitária, o Instituto Mercosul de Estudos Avançados - IMEA, o Laboratório de

Computação de Alto Desempenho e a Ouvidoria (REGIMENTO DA UNILA, 2013:22).

Uma das grandes particularidades da Unila é o chamado Ciclo Comum de Estudos, pois o mesmo se configura como parte integrante da missão da Universidade, e se configura como um conteúdo comum a todos os discentes matriculados no âmbito da graduação (Regimento da Unila, 2013:30). O funcionamento do Ciclo Comum de Estudos possui normas específicas e compreende os seguintes conteúdos: Estudo compreensivo sobre a América Latina e Caribe; Epistemologia e Metodologia; Línguas Portuguesa e Espanhola. Cabe salientar que essa iniciativa se constitui em uma proposta inovadora entre as universidades públicas brasileiras e guarda algumas semelhanças apenas com as iniciativas também sob experiência na Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB.

No edital direcionado à participação dos estudantes brasileiros no Processo Seletivo UNILA/2015 fala que aceitarão como candidatos todos aqueles que concluíram ou estão em vias de concluir o Ensino Médio (ou equivalente) e que a seleção será, realizada exclusivamente via Sistema Integrado de Seleção Unificada - SisU. A Unila desde o processo seletivo de 2014 é signatária da Lei 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto 7.824/2012 e pela Portaria Normativa 018/2012 MEC que versa sobre a reserva de vagas para cotistas. No que tange a seleção de estudantes oriundos de outros países da América Latina o Edital nº 1, de 22 de setembro de 2014, regulamenta o processo de seleção de na modalidade indireta, para o ingresso no primeiro semestre letivo de 2015.

Entre outras questões para a seleção de estudantes oriundos de outros países são levados em consideração a análise socioeconômica e a verificação do histórico escolar do candidato. Destaca-se também que os candidatos devem ser maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados no ato da matrícula; não possuir nacionalidade brasileira, decorrente de vínculo sanguíneo de nacionalidade; ser financeiramente responsáveis pela passagem de vinda para o Brasil; não possuir diploma universitário.

Em 2015 serão ofertadas vagas para os seguintes cursos de graduação: Antropologia-Diversidade Cultural Latino-Americana, Arquitetura e Urbanismo, Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina, Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade, Licenciatura em Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química, Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento, Cinema e Audiovisual, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, Engenharia Civil de Infraestrutura, Engenharia de Energias Renováveis, Geografia – Território e Sociedade na

América Latina, História – América Latina, Letras – Artes e Mediação Cultural, Medicina, Música, Relações Internacionais e Integração, Saúde Coletiva (Unila, 2014).

Entre as graduações que serão oferecidas pela primeira vez na Unila a partir do processo seletivo de 2015 estão as licenciaturas em: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Educação do Campo, Educação Intercultural Indígena, Filosofia, Geografia, História, Química, Letras- Português/Espanhol, Matemática, Música e Pedagogia. Bem como os novos cursos de Bacharelado em: Administração Pública e Políticas Públicas, Arqueologia, Artes Cênicas, Biotecnologia, Ciência da Computação, Design, Engenharia de Materiais, Engenharia Física, Engenharia Química, Farmácia, Jornalismo e Serviço Social.

A Unila conta com unidades acadêmicas denominadas Institutos, dos quais atualmente quatro se encontram em funcionamento: O Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História – ILAACH; Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política – ILAESP; Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza – ILACVN; Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território – ILATT.

Em 2014 iniciaram as atividades das duas pós-graduações strictu-senso em funcionamento na Unila que são: O Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) apresenta duas linhas de estudo: Integração, Estado e Sociedade; Integração, Cultura e Sociedade. O outro programa é a Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) que destina-se a receber pesquisadores latino-americanos e demais interessados em questões relativas ao continente e possui duas linhas de pesquisa que são: Trânsitos Culturais; Práticas e Saberes.

O processo seletivo de ambos os programas destinam-se prioritariamente a candidatos oriundos de países da América Latina e que concluíram graduação na área das Ciências Humanas e Sociais, Linguística, Letras e Artes, aceitando-se eventual candidatura de graduados em outras áreas de conhecimento, desde que seja acompanhada de justificativa.

Até o final do primeiro semestre de 2014 a Unila possuía 1462 estudantes regularmente matriculados nos 16 cursos de graduação ofertados pela universidade até aquele momento, estes discentes são oriundos dos seguintes países: Argentina (46 estudantes), Brasil (815 estudantes), Bolívia (56 estudantes), Chile (09 estudantes), Colômbia (57 estudantes), Equador (60 estudantes), Paraguai (251 estudantes), Peru (57

estudantes), El Salvador (05 estudantes), Uruguai (86 estudantes), Venezuela (18 estudantes). Além dos países Latino-Americanos a Unila conta com um estudante francês e um estudante alemão.

Como podemos ver de maneira breve a Unila ainda esta em plena construção e tem encontrado muitos desafios para cumprir sua missão institucional. Como podemos observar a Unila até o momento não atingiu a meta de ser composta por metade dos estudantes dos demais países Latino-Americanos e conta com mais da metade de seus docentes oriundos do Brasil. De acordo com Martins D. (2011) o fato de parte da universidade estar localizada temporariamente no Parque Tecnológico de Itaipu- PTI, garante por um lado o funcionamento da instituição já que as instalações definitivas do Campus em construção estão atrasadas, no entanto essa parceria gera uma certa dificuldade no que tange a rigidez do controle de entrada e da segurança de Itaipu (por se tratar de uma zona de fronteira binacional), o que acaba por restringir o acesso livre da sociedade à Unila, que é uma universidade pública.

Outro ponto que podemos observar é a predominância numérica de professores e técnicos brasileiros entre o quadro de servidores efetivos da universidade. Muitos dos documentos oficiais são disponibilizados apenas em versão portuguesa. No mais existem outros pontos a serem levados em consideração quando o assunto se refere à proposta de integração instituída na missão da Unila e expressa na lei de criação da universidade.

Os cursos ministrados na Unila serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do Mercosul, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e linguísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais.(LEI Nº 12.189, DE 12 DE JANEIRO DE 2010).

No entanto, não há indícios de que as atividades desempenhadas no âmbito da instituição têm cumprido as premissas citadas acima, pois, espaços como o Conselho Consultivo Latino-Americano e o Conselho da Tríplice Fronteira, apesar de previstos no estatuto, ainda não se encontram em funcionamento. Além disso, ainda há uma preocupação dos estudantes formandos quanto o reconhecimento dos diplomas em seus respectivos países. Outro debate muito importante que vem sendo intensamente suscitado pela comunidade acadêmica é sobre a democracia universitária na Unila quanto

ao reconhecimento do Regimento Geral da universidade aprovado em 2013, pois o mesmo prevê participação paritária entre os representantes discentes, docentes e técnicos administrativos nas instâncias de gestão colegiada da universidade.

1.2 O CURSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

O processo educativo pode ser compreendido, por diversos ângulos e percepções. Pode, por exemplo, ser interpretado como a busca por descobertas, que ao partir de observações sobre fenômenos empíricos visa chegar à categoria de sínteses que podem compreender variadas determinações, ou seja, pode-se aprender a dinâmica do real a partir da educação. Portanto quando se consegue descobrir a partir do processo educativo as mais simples manifestações dos fenômenos reais e concretos, nos refletimos sobre o apreendido e a partir daí podemos elaborar novas abstrações, de maneira que possamos compreender e ou agir de maneira planejada sob o fenômeno observado (PIRES, 1997). É a partir dessas premissas que serão observados alguns dos elementos apresentados no Projeto Pedagógico do Curso - PPC de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar³ - DRSA.

A partir do ano de 2011 a Unila começou a oferecer a graduação em DRSA. Conforme seu PPC esta graduação surge em meio a um contexto regional que recentemente tem vivenciado uma expressiva influência a partir da ação do Estado no espaço rural. Pode - se observar de maneira bastante expressiva o surgimento de diversas políticas e ações fomentadas pelo setor público que teriam por finalidade refletir a atuação no espaço rural, de maneira que ultrapasse a visão das políticas “clássicas” de reforma agrária ou crédito rural, incluindo “assim outras políticas voltadas para o âmbito da segurança alimentar e também com vistas a apoiar ações afirmativas de direitos sociais, bem como o debate ambiental”. DRSA (2014). Ainda de acordo com o projeto pedagógico do curso o estudo do desenvolvimento no meio rural indica:

A análise dos processos, formas, conteúdos, funções, ações, escalas e estruturas que ocorrem por intermédio de relações e interações entre grupos humanos, os quais transformam a natureza, constroem o espaço e os territórios em que vivem, adaptam e melhoram os meios de produção que utilizam, bem

³ Conforme o edital referente ao processo seletivo para o ano letivo de 2011 da Unila a graduação em questão se chamava Desenvolvimento Agrário e Segurança Alimentar ao fim do segundo semestre letivo de 2011 foi alterada para a denominação Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar- DRSA.

como modificam sua cultura e seus valores. (DRSA, 2014).

Cabe destacar que o respectivo curso em questão tem um caráter inédito no âmbito de graduação não só no Brasil como em todo continente e por tanto vive um intenso desafio de construção a partir desta primeira experiência. Ainda de acordo com o projeto político pedagógico o curso propõe uma abordagem alicerçada no enfoque interdisciplinar, permitindo a interação entre os conhecimentos científicos, técnicos e saberes, buscando por meio destes elementos construir “processos que estimulem interações socioculturais, socioeconômicos e socioambientais” (DRSA, 2014:4).

Conforme seu PPC afirma que a graduação em DRSA em uma universidade com o caráter que pressupõe a Unila é indispensável, pois é uma constante na região a trajetória dos debates e lutas que apontam os sujeitos da agricultura familiar, como um conjunto de atores que contribuem nas dimensões social, econômica e produtiva para a sociedade Latino- Americana, sendo assim um setor indispensável no contexto de um projeto de integração regional. Além do mais é importante salientar que, “nas últimas décadas, destacam-se pesquisas e bibliografias que produzem um deslocamento teórico e interpretativo em relação à agricultura familiar, ampliando o escopo para o conjunto dos atores sociais que constroem o espaço rural” (DRSA,2014).

1.2.1 As Abordagens do Desenvolvimento Rural e da Segurança Alimentar no Curso de DRSA

O conceito de desenvolvimento rural, utilizado pela graduação em DRSA é trabalhado a partir da noção de processo e se propõe a ter um caráter dinâmico, baseado nos seguintes fundamentos: “ocorrência sobre uma base territorial; passagem do isolamento socioeconômico para integração setorial e com os espaços urbanos; conversão da especialização na diversificação técnico-produtiva” (DRSA, 2014:06). Visando assim compreender dimensões socioculturais, político-administrativas, econômicas e ambientais. Pois como sinala o PPC do curso:

A essência do espaço rural é territorial e não setorial ou do tipo de atividade econômica com diversificação de atividades para além das agrícolas (turismo, lazer, agroindústria, artesanatos, etc.) com interação inter-setorial e territorial (DRSA, 2014:6).

Ao falar sobre a clássica identificação do desenvolvimento como uma abordagem que remete apenas ao crescimento econômico. O PPC do curso de DRSA afirma que no período contemporâneo seria impossível planejar, analisar e agir em favor de um desenvolvimento (rural) sem que para isso não se contemple simultaneamente variáveis de caráter: econômico, social, político, cultural e ambiental presente em cada região, povo ou nação (DRSA, 2014:06). Conforme descrito no PPC do curso analisado o desenvolvimento nos moldes “antigos” já foi superado tanto pela academia, quanto pelas instituições promotoras de políticas públicas e que no presente, o conceito em questão tenderia a priorizar temas como as desigualdades no que tange o acesso a diferentes recursos, como a terra, a educação e aos meios de produção. Ainda mais, em uma região com as peculiaridades da América Latina que até os dias atuais, tem forte influência do poder econômico e político imposto pelas oligarquias rurais.

No que tange à noção de Segurança Alimentar, o caso brasileiro, Caporal e Costabeber (2009) ressaltam que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional já estaria cristalizado e que segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a noção utilizada consiste na garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

No entanto, ao citar vários outros países da América Latina como nos casos da Argentina, Equador, Guatemala, México, Nicarágua e Venezuela conforme alguns autores já teriam adotado leis que promovem a política de segurança alimentar, ainda que enfatizem a produção (DRSA, 2014:06).

O PPC do curso de DRSA destaca que a Segurança Alimentar deve ser compreendida em um contexto muito maior e para tanto deve ser considerada a dimensão da soberania, pois a mesma implicaria no direito que os povos têm de autodeterminação das suas políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo sustentáveis, sempre tendo em vista o direito à alimentação adequada para toda a população. Para alcançar os propósitos da soberania alimentar seria necessário o fortalecimento da agricultura familiar, com o respeito ao ambiente, às culturas e à diversidade dos diferentes modos de vida que contemplam a produção camponesa, pesqueira, caiçara, indígenas e quilombolas, além de um forte apoio tanto a comercialização, como também, a gestão local dos espaços rurais, visando atingir o desenvolvimento sustentável a nível

dos territórios.

Outros pontos apresentados como fundamentais no âmbito da proposta pedagógica do Curso de DRSA é buscada garantia de participação tanto das mulheres, quanto dos jovens e dos idosos nos espaços de tomada de decisão. A estratégia da soberania alimentar implicaria na independência total dos países ou então na existência de regiões bem delimitadas, que então produziriam, dentro dos seus limites, os alimentos necessários a sua respectiva população local definindo por elas mesmas o que querem e ou necessitariam consumir, rompendo assim, definitivamente com as dependências relacionadas as sementes, por exemplo, que vem sendo produzidas por “empresas multinacionais e que aliados ao seu cultivo é imposto o uso dos chamados pacotes tecnológicos para agricultura, viáveis, apenas, em grandes cultivos”(DRSA, 2014:07).

Por trás dessa pressão crescente observa-se um processo intenso de fusões e aquisições entre os grandes grupos transnacionais (produtores de sementes, agroquímicos e alimentos, empresas biotecnológicas, grandes cadeias internacionais de supermercados etc.). As decisões produtivas concernentes à agricultura dos países latino-americanos. Tudo isso ligado ao enfraquecimento do papel dos estados nacionais na formulação e aplicação das políticas setoriais para a agricultura, é o que está conduzindo ao desaparecimento da soberania alimentar dos diversos países, junto com uma intensificação das diferenças entre as regiões mais desenvolvidas e as mais pobres (CHONCHOL, 2005:47).

Conforme o descrito no projeto pedagógico do curso de DRSA seria indispensável que as temáticas do desenvolvimento rural e a segurança alimentar pudessem conformar um curso de graduação, pois estariam havendo inúmeras transformações a nível dos Estados nacionais, da sociedade e principalmente a partir de uma série de reflexões que emergem de especialistas e analistas que passaram a ganhar força nas décadas atuais. No que tange o papel desempenhado pelo Estado, estaria ocorrendo uma maior descentralização de seu poder político, no que se refere as ações promotoras dos direitos sociais e das políticas que apontam para um caráter mais regulatório que intervencionista por parte do mesmo. Quando se toma como referência a sociedade civil, as organizações e movimentos sociais estariam deixando de ser apenas demandantes e estaria assumindo um caráter mais propositivo no sentido de sugerir políticas públicas, por exemplo (DRSA, 2014:06).

1.3 AS COMPETÊNCIAS PRESENTES NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM DRSA

A educação tem como função primordial estabelecer conexões entre as dimensões sociais e do pensamento. Tais ligações ocorrem a partir de diferentes formas de produção do conhecimento. Então há uma relação concreta entre a forma e o conteúdo da educação e da maneira com que ambos se relacionam com as demandas do capital. Esse contexto diz respeito ao primeiro estágio de decisão curricular. Esse estágio se dá de maneira anterior, a todos os demais porque “ele mostra que as decisões, na verdade, já estão tomadas arbitrariamente pelo modo de produção capitalista em suas diferentes formas, em diferentes períodos históricos” (CUNHA e LEITE, 1996: 18).

De acordo com o perfil do egresso estabelecido pelo PPC do curso de DRSA oferecido pela Unila, os profissionais formados nesse campo do conhecimento devem primar pela “ética, o respeito às culturas local e regional, considerando e compreendendo os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais das estruturas organizacionais e dos processos produtivos implementados pela sociedade”(DRSA, 2014:08). De maneira que, o profissional formado pelo curso possa alcançar um pensamento crítico, autônomo e que possibilite o mesmo a exercer uma ação (re)construtiva nos diferentes âmbitos do conhecimento permitindo que este lance mão de estratégias que aportem elementos para o desenvolvimento rural e a segurança alimentar.

Quanto às competências que os profissionais formados nessa área do conhecimento poderão fazer, nota-se que são divididas em duas dimensões: na primeira destaca-se o saber-fazer enquanto ator social: estimular e assessorar a condução de processos participativos, democráticos de cooperação e organização comunitária afins ao desenvolvimento rural; Atuar em processos sociais com vistas ao desenvolvimento rural incluindo iniciativas que estimulem novas formas de interação da sociedade-ambiente e agricultura-ambiente, valorizando a diversidade cultural; Atuar em atividades de educação e/ou extensão rural diretamente com agricultores familiares, comunidades rurais, organizações, tanto individuais e privadas quanto coletivas e públicas (prefeituras, sindicatos, associações, cooperativas); mobilizar conhecimentos e saberes para atuar junto aos atores sociais em seus contextos, com ênfase nos “estabelecimentos de produção familiar, valorizando a diversidade da América Latina; promover a socialização do conhecimento acadêmico e os saberes contextualizados.” (DRSA, 2014: 09)

A segunda dimensão presente no PPC do curso estaria relacionado a capacidade e competência técnica para fazer várias atividades entre estas citamos a

capacidade de: saber identificar, analisar e problematizar o escopo do desenvolvimento rural e da segurança alimentar de cada contexto e a relação sistêmica com outras realidades; conceber e utilizar metodologias adequadas a cada realidade para implementar ações de planejamento e gestão de projetos, incluindo o monitoramento e avaliação, interações local/regional, nacional e latino-americanas numa perspectiva multi e interdisciplinar, considerando as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais; contribuir no processo de (re)conversão produtiva das unidades de produção com ênfase na agroecologia; contribuir para a formação de agentes de processos de desenvolvimento rural e segurança alimentar; desenvolver a capacidade de interação com a realidade dos diversos grupos sociais para gerar novos processos sociais adaptados às diferentes realidades em que estão inseridos; conhecer e discutir políticas públicas promotoras do desenvolvimento rural, da segurança e soberania alimentar, direcionadas às comunidades e grupos locais e regionais; assessorar organizações sociais do espaço rural para o seu desenvolvimento e soberania alimentar; articular diálogos entre técnicos e profissionais atuantes no campo do desenvolvimento rural e da segurança alimentar para desenvolver, implementar e acompanhar projetos voltados à agricultura familiar local e regional, agregando valores a esses produtos. (DRSA, 2014:10)

Dentre as áreas de atuação dos profissionais formados em DRSA destaca-se a possibilidade de atuar em organizações, de distintos caracteres sejam estas pequenas, médias agroindústrias e até mesmo unidades de produção agrícolas. Também poderão trabalhar junto a instituições públicas ou privadas, inclusive de caráter não governamental como: sindicatos, associações, cooperativas, ONGs e demais órgãos de ensino, pesquisa e extensão. (DRSA, 2014:10).

1.3.1 O Caráter do Ensino, Prática Pedagógica e Currículo na Graduação em DRSA

De acordo com CUNHA e LEITE (1996) a aquisição do conhecimento se dá a partir da verificação destes, perante a realidade, a partir daí surgem os questionamentos que envolvem as relações aluno-professor e academia-sociedade. Pois, tais relações tendem a provocar distintas formas de compreensão não só do processo em que se adquire o conhecimento, mas também permite elucidar quais instâncias de poder estão envolvidas na construção do conhecimento, atuando de uma forma que o saber extrapole a sala de aula e ultrapasse os muros da universidade.

Sendo assim podemos observar que sistema de avaliação do processo de

ensino e aprendizagem proposto pelo curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar abarcar diferentes propostas metodológicas, entre as quais podem ser destacadas: avaliações teóricas escritas ou orais, atividades práticas, relatórios de atividades complementares, de trabalhos de campo, apresentações de seminários, defesas de trabalhos individuais ou em grupo e elaboração de artigos DRSA (2014:15). “A verificação do alcance dos objetivos ao longo de cada disciplina é realizada continuamente, enquanto o período letivo transcorre, de acordo com os instrumentos e critérios de avaliação previstos no plano de ensino de cada professor/disciplina” (DRSA, 2014:15).

O currículo é o instrumento pelo meio do qual o conhecimento científico considerado válido é expresso; nesse sentido a pedagogia, expressa sua forma de transmissão; e por fim é avaliação, que definirá sobre qual a maneira é mais adequada para realizar o conhecimento. No entanto não se pode acreditar que são nos conteúdos que “moram” as relações sociais que acabam por fomentar a reprodução social ou cultural, pois é na forma de transmissão que se dá esse processo, portanto, através de “isolamentos e controles dão-se relações de classificação (ou de divisão entre categorias) e enquadramento (contexto aquisitivo e questões de controle do processo de transmissão do conhecimento)” (CUNHA e LEITE, 1996:19).

Conforme ressalta o PPC do curso analisado os componentes curriculares em questão são pensados visando enfatizar:

O desenvolvimento analítico e criativo do estudante, além de se incentivar o seu poder de expressão e comunicação. As avaliações devem ser realizadas tendo estes princípios como base e observando-se os seguintes aspectos: aprendizagem dos conteúdos ministrados, capacidade de análise, responsabilidade, desenvolvimento de raciocínio, capacidade de comunicação oral e escrita, postura, cooperação e participação em sala de aula. Neste contexto, ao final do curso, o aluno deverá apresentar domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social, compromisso social. (DRSA, 2014:15)

No que se refere a carga horária total do curso de DRSA, o graduado nesta área deve totalizar 168 créditos, equivalentes a 15 horas cada, cursando para isso 42 disciplinas obrigatórias e mais 20 créditos entre disciplinas optativas⁴ e livres⁵,

⁴ Disciplinas optativas, são aquelas pré-estabelecidas pelo PPC do curso, no caso do DRSA são 70 disciplinas indicadas das quais o estudante poderá escolher dentre essas três opções que deseja cursar.

divididas em cinco eixos temáticos a saber: ciclo comum (38 créditos); desenvolvimento rural (62 créditos); segurança alimentar (créditos); fundamentos de ciências exatas e da natureza (28 créditos) e planejamento e gestão de projetos (16 créditos). Além disso, o PPC prevê 60 horas de atividades complementares que podem ser contabilizadas a partir do desempenho de atividades extra - curriculares (DRSA, 2014:16).

Em relação aos docentes em pleno exercício no quadro de professores permanentes do curso nota-se uma predominância de brasileiros, quanto aos discentes regularmente matriculados até o semestre o primeiro semestre de 2014, tem-se um total de 91 estudantes, divididos entre as turmas de: 2011; 2012 e 2014. Os estudantes do curso são oriundos dos seguintes países: Brasil (57 estudantes); Bolívia (2 estudantes); Equador (1 estudante); Paraguai (25 estudantes); Peru (4 estudantes); Uruguai (1 estudante); Venezuela (1 estudante).

Por fim pontuamos algumas reflexões que julgamos pertinentes no que tangem aos avanços e desafios da experiência em curso, da primeira graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar não só no âmbito do Brasil, mas também a nível de América Latina.

Ao recordar o conceito de “campo” cunhado por Bourdieu (Cunha e Leite, 1996) apontam que apesar universidade, estar cristalizada como um lugar em que se produz ciência é importante frisar que, tal como qualquer outro espaço em que circulam relações de poder, a universidade é antes de qualquer outra coisa, um campo social e por isso mesmo se encontra: sujeito ao estabelecimento de relações de força e monopólios, “com lutas e estratégias para o alcance de interesses e lucro. É ilusória a ideia de que comunidade científica como algo homogêneo em que o interesse é a produção da ciência” (CUNHA e LEITE, 1996:36).

Sendo assim se faz necessário perceber que o exercício de construção do conhecimento, ainda mais em uma área que inicia seu percurso acadêmico em termos de graduação deve se atentar para ampliar seus horizontes tanto na dimensão teórico-conceitual, quanto no exercício prático-político e social. Por tanto nota-se perante a bibliografia e a fundamentação teórica do curso uma maior ênfase na experiência acadêmica brasileira relacionada ao tema a ser tratado pela graduação, além do mais é tangível e verificável a predominância da abordagem científica nos autores adeptos do

⁵ Disciplinas livres são aquelas que podem ser escolhidas dentre todo o quadro dos cursos ofertados pela Unila, no caso do currículo de DRSA, o estudante poderá optar em cursar duas disciplinas de sua livre escolha.

paradigma do Capitalismo Agrário⁶, deixando assim um vácuo na construção do conhecimento acumulado na área temática do curso em relação a importantes trabalhos científicos relacionados ao paradigma da Questão Agrária⁷ adotada como método de análise de muitos pensadores em âmbito de América Latina. Temas como as diferentes dimensões da fome⁸ e o papel das lutas políticas pela reforma agrária⁹ são imprescindíveis para a compreensão do desenvolvimento rural e segurança alimentar tanto em escala continental, como também mundial.

Destaca-se o potencial particular da Unila em relação a diversidade de origens e realidades dos sujeitos que se encontram no referido ambiente acadêmico da universidade, característica essa que eleva a possibilidade de fomentar ações inovadoras seja no âmbito do ensino, da extensão ou da pesquisa. É importante e estratégico para o curso de DRSA a realização de novas edições da Cátedra Latino-Americana Octavio Ianni: Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar, fundada por Jacques Chonchol, ex-Diretor do IEHAL (França); da Cátedra Latino-Americana Josué de Castro: Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, fundada por Ignacy do EHESS (França), ocorridas ambas no segundo semestre do ano de 2009, bem como a aproximação da Licenciatura em Educação do Campo aprovada pela Unila e que iniciará suas aulas no segundo semestre de 2015.

Para a formação de um profissional que possa contribuir criticamente tanto na construção dos conhecimentos científicos, como no planejamento de ações nas distintas esferas da sua área do saber é indispensável o contato com a realidade onde pretende atuar. Assim destaca-se a iniciativa que vem sendo realizada pelo curso na aproximação permanente com a Reunião Especializada de Agricultura Familiar do Mercosul- REAF, além dessa ação também é necessário dialogar com outros espaços como: Reunião de Altos Funcionários sobre Agricultura Familiar da Celac, CONSEA e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF). Pois essas ações possibilitam uma maior compreensão dos temas que vem sendo debatidos na área de estudo do curso aqui analisado.

⁶ Ver: (MENDRAS, 1984; LAMARCHE, 1993; ABRAMOVAY, 1998; WANDERLEY, 2009; NAVARRO, 2010).

⁷ Ver: (KAUTSKY, 1986; LÊNIN, 1985; SHANIN, 1983; OLIVEIRA, 1991; CHAYANOV, 1974; FERNANDES, 2000; MARQUES, 2004; BARTRA, 2007; NEVES, 2008; CARVALHO, 2014).

⁸ Ver: CASTRO, Josué. **Geopolítica de la Hambre**. Ediciones Solar. Buenos Aires - Argentina, 1970; ZIEGLER, Jean. **Destruição Massiva: Geopolítica da Fome**. Editora Cortez. São Paulo, 2012.

⁹ FERNANDES, B. M. **Campeinato e Agronegócio na América Latina**: questão agrária atual. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2008; CLACSO. **Capitalismo, Tierra y Poder en América Latina** (1982-2012). Volumes: 1, 2 e 3. 2014.

2 A ELAA E AS IALA'S: UMA CONSTRUÇÃO POPULAR LATINO-AMERICANA?

A Via Campesina é uma organização mundial que articula movimentos camponeses em defesa da agricultura em pequena escala e tendo como referência a agroecologia como principal matriz produtiva para garantir a produção de alimentos saudáveis. Fernandes (2012) ressalta que dentre os principais objetivos desta organização, destacam-se: a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente, com a proteção da biodiversidade. A Via Campesina através de suas ações tem manifestado a partir de seus documentos, resoluções e atos públicos pelo mundo o repúdio contra: a padronização das culturas, a monocultura e o modelo agrícola baseado unicamente na agroexportação, que por sua vez se conformam nas principais características do modelo de desenvolvimento do agronegócio. Outro ponto importante a se destacar é a diversidade cultural expressa através dos diferentes movimentos que compõem a Via campesina são: indígenas, pescadores artesanais, sem-terras, pequenos produtores e tantos outros povos explorados nos seus próprios territórios em vários lugares de todo o mundo.

Entre os principais processos que geraram elementos concretos para a gênese da Via Campesina destacamos a rejeição explícita à globalização neoliberal, e a convicção de que as questões e interesses dos sujeitos que trabalham a terra estavam completamente excluídos das negociações dirigidas pela OMC, o FMI e o Banco Mundial¹⁰; que atuam “sistematicamente na descentralização parcial dos poderes políticos, fiscais e administrativos dos estados nacionais, sobre tudo nas regiões periféricas do globo” (NIEMAYER apud BORRAS, 2007).

Os movimentos camponeses vinculados à Via Campesina atuam em escalas nacionais e regionais. Sua organização espacial compreende as seguintes regiões: Europa do Leste, Europa do Oeste, Nordeste e Sudeste da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul. Diferentes representantes de organizações sociais do campo de diversos países que participavam do II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua (Unag), realizado em

¹⁰ A Organização Mundial do Comércio- OMC, o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial são instituições que atuam na regulação supranacional do mercado, comércio e economia mundial.

Manágua , propuseram a criação de uma articulação mundial de camponeses e assim no ano de 1992 nasceu a Via Campesina, que de viria ser efetivada no ano de 1993, durante a realização de sua I Conferência, sediada em Mons, na Bélgica, quando neste mesmo período foram elaboradas suas linhas políticas iniciais e também se definiu sua estrutura de funcionamento (FERNANDES, SILVA e GIRARDI, 2012 apud FERNANDES B. , 2012).

A Via Campesina pode ser compreendida como uma verdadeira rede, ou seja, “movimento de movimentos”, outro conceito que tem sido usado para compreender a Via Campesina é a “definição que a interpreta como um movimento transnacional de organizações do campo” (NIEMAYER, 2007). Ao longo de seu processo de formação, a Via Campesina foi incorporando seus princípios políticos, a medida que agregava novas organizações.

Até o presente momento a Via campesina já realizou seis conferências internacionais, a I foi a de sua fundação em Mons- Bélgica no ano de 1993; em abril de 1996, foi realizada a II conferência, em Tlaxcala, no México; Em 2000, realizou-se a III Conferência, em Bangalore, na Índia; sua IV Conferência aconteceu na cidade de São Paulo- Brasil, em 2004; no ano de 2008, a Via Campesina realizou sua V conferência na cidade de Maputo, capital de Moçambique; Em 2013 foi realizada a VI Conferência em Yacarta – Indonésia.

Quanto a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo – CLOC, desde 2011 está se apresenta como uma “instância de articulação” a nível Latino - Americano dos movimentos que participam da Via Campesina internacional, ou seja, busca articular movimentos sociais camponeses de trabalhadores e trabalhadoras, indígenas e afrodescendentes de toda América Latina e Caribe se conformando como força social mobilizadora que busca estar presente em todos espaços que ofereçam propostas alternativas a nível continental (CLOC, 2014).

Segundo documentos da própria CLOC, sua constituição formal se dá no congresso realizado em Lima, Peru entre os dias 21 e 25 de Fevereiro de 1994 onde estavam presentes várias organizações representadas a nível continental. Seu surgimento é marcado pelo acirramento e reativação das lutas sociais na década de 1990 particularmente no campo, devido às pressões exercidas pelos efeitos das políticas neoliberais. Atualmente a CLOC se prepara para sua VI Conferência que ocorrerá no ano

de 2015 na Argentina (CLOC, 2014).

É justamente em meio a este contexto de elementos citados que “os sujeitos coletivos do campo latino americano rearticularam linhas políticas e a unidade política na luta permanente contra o sistema do capital” (LIMA; STRONZAK e STRONZAK, s/d). Assim iniciamos uma breve reflexão que culmina na exposição de algumas das experiências “semeadas” desde algumas iniciativas que as organizações sociais do campo organizadas na CLOC têm buscado desempenhar em diferentes espaços da América Latina. As ações aqui expressas fazem referência alguns dos espaços educativos que são protagonizados pelos movimentos em diferentes países da região. Por isso é importante destacar que os processos educativos construídos pela CLOC - Via Campesina, vão muito além das iniciativas que serão apresentadas pois através dos seus: encontros, congressos, seminários, conferências, cursos não formais e também na dialética da luta concreta (marchas, acampamentos, atos públicos e ocupações) também emergem experiências de formação que vão além dos padrões formais de ensino.

2.1 ELAA e IALA's EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA AMERICA LATINA A PARTIR DA CLOC-VIA CAMPESINA

As experiências em tela refletem um processo de construção que tem como base fundamental um conjunto de ações históricas que remontam as iniciativas no âmbito da construção de uma educação popular expressas a partir do pensamento pedagógico socialista, das lutas pela independência na América Latina, das teorias propostas por Paulo Freire, através da teologia da libertação, bem como por meio das elaborações do novo sindicalismo e dos Centros de Educação e Promoção Popular (PALUDO, 2012). As estratégias expressas nas ações educativas protagonizadas pelos Movimentos Sociais Populares do Campo trazem consigo dimensões no sentido de que:

Os Movimentos Sociais vêm produzindo reflexão sobre sua história e sua memória, sobre concepções, valores e projetos de sociedade, de campo, de transformação social. Produzem suas concepções de direitos coletivos e de políticas sociais, educacionais, de saúde, de Reforma Agrária etc. (ARROYO, 2007, p. 35 apud SOUZA, M. e BELTRAME, 2010).

É importante destacar que as iniciativas aqui apresentadas têm forte respaldo nas ações da Alba que entre seus princípios a “democratização e universalização do ensino superior” é colocado como prioridade, a partir da Política de Educação Superior para Todos- ESPT essa ação da Alba reivindica que a educação em todos os níveis deve ser considerada como um “bem social público, direito humano fundamental e inegável dever do Estado” e por isso mesmo não deve estar atrelada a agenda neoliberal globalizada de mercantilização, privatização e elitismo do ensino superior (MUHR, 2010 apud ALBA, 2009).

É diante deste contexto que no dia 27 de janeiro de 2005, surge a ELAA que está localizada no Assentamento Contestado, no Município da Lapa- Paraná. A escola resulta de um Protocolo de Intenções assinado pela coordenação da Via Campesina Brasil, da Via Campesina Internacional, Governo do Estado do Paraná, Governo da República Bolivariana da Venezuela e pela Universidade Federal do Paraná. O protocolo foi assinado em um assentamento, localizado no município de Tapes no Rio Grande do Sul, durante o V Fórum Social Mundial- FSM¹¹, que ocorreu em janeiro de 2005. Esse acordo contribuiu como ação inicial para a construção subsequente dos Institutos Americanos de Agroecologia- lala, dentre outros pontos “o Protocolo de Intenções, objetiva o desenvolvimento de diferentes atividades conjuntas, de cooperação técnica, relacionada à soberania alimentar das nações” (LIMA, 2011:96 apud CEAGRO, 2009).

O objetivo principal da Elaa é contribuir na formação de jovens no nível superior com capacidade de contribuir na construção da Agroecologia em suas comunidades. Dentre os principais objetivos a serem desenvolvidos na parceria entre a Elaa e o Instituto Federal do Paraná- IFPR está o objetivo em formar tecnólogos de nível superior que tenham a capacidade de:

- 1) organizar banco de sementes em suas regiões, em todos os países;
- 2) desenvolver e aplicar novas tecnologias agrícolas que respeitem o meio ambiente sem uso de agrotóxicos, nem adubos químicos solúveis;
- 3) reproduzir e ampliar os conhecimentos nas organizações camponesas às quais estão

¹¹ O Fórum Social Mundial- FSM é um espaço que agrega uma diversidade de movimentos sociais de todo o mundo e através de debates, trocas de experiências e articulações buscam formas alternativas para enfrentar as políticas neoliberais. Além de inicialmente surgir como uma ação de contraposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos. O primeiro FSM ocorreu em 2001 na cidade de Porto Alegre- Brasil e até o momento já foram realizadas mais 7 edições.

vinculados; 4) organizar e orientar os camponeses e camponesas para serem multiplicadores de sementes em suas regiões; 5) criar uma base técnica homogênea em todo o continente, para aplicação de novas técnicas agrícolas em defesa das sementes crioulas (IFPR, 2006).

Destaca-se ainda que a Elaa tem como principal papel trabalhar na formação da juventude camponesa que atua nas diversas organizações sociais do campo latino americano e que participam nos diferentes espaços como na: “organização da produção, da cooperação e ações de preservação e conservação ambiental, nas diversas organizações camponesas da América Latina”(IFPR, 2006). Portanto, de acordo com a Proposta Pedagógica- PROPED os educandos e educandas que passarão pela seleção deverão ser indicados pelas organizações e comunidades camponesas que estejam vinculados. Ao concluir o curso os educandos deverão obter a formação de nível superior de Tecnólogo em Agroecologia, certificada pelo Instituto Federal do Paraná. Cabe lembrar que essa foi a primeira graduação especificamente em Agroecologia no Brasil.

Foto1: Aula inaugural de Educação do Campo/Elaa



Fonte: Jefferson D. Brandão

Foto2: Placa de inauguração da Elaa



Fonte: Jefferson D. Brandão

Também fruto das mobilizações e articulações da Via Campesina em 2006 foi inaugurado o Instituto Latino Americano de Agroecologia- Iala Paulo Freire. Em março de 2008, a partir de um decreto presidencial, ela foi criada legalmente e adquiriu aspecto de universidade. O Iala tem sede em Sabanetta – Barinas - Venezuela e possui o curso de Engenharia Agroecológica. Segundo o documento fundacional (Iala PAULO

FREIRE, 2010 apud CAMPOS, 2014:66):

O projeto do Instituto Universitário Latino-Americano de Agroecologia “Paulo Freire” (Iala) se sustenta nos fundamentos da Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999); nas Diretrizes Gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico-social 2007-2013; na Lei de Ciência, Tecnologia e Inovação e no Plano Nacional Estratégico que tal Lei se propõe (LOCTI, Art.12 y 13); nos novos instrumentos legais para a educação e a educação superior, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário (2001), na Alternativa Bolivariana para os Povos de América (Alba), assim como nos acordos firmados entre a República Bolivariana da Venezuela e a Via Campesina e sua organização membro o Movimento Sem Terra (MST) do Brasil.

O Iala Paulo Freire constitui-se então em uma ferramenta de formação político- ideológica e técnica dos camponeses e indígenas. Na sua primeira turma o curso contou com estudantes de sete países latino americanos, formando em 2012 a primeira turma de Engenheiros em Agroecologia. Atualmente o Iala Paulo Freire já está na sua terceira turma. Devido a impasses de caráter burocráticos a CLOC- Via Campesina não pode mais contribuir efetivamente na coordenação pedagógica do curso. Assim a partir da segunda turma, a organização suspendeu a indicação de estudantes vinculados aos movimentos membros da CLOC oriundos dos países do Cone- Sul.

Há também o Iala Guarani que fica localizado, no Paraguai e forma parte da rede de Institutos superiores de educação formal e tem como seu principal articulador no respectivo país a Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e La Vía Campesina do Paraguai, que está composta pelas seguintes organizações: a Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (Conamuri), o Movimiento Agrario y Popular (MAP), a Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC), o Movimiento Campesino Paraguayo (MCP), a Organización de Lucha por la Tierra (OLT) e a Organización Nacional de Aborígenes Independientes (ONAI).

A experiência do Instituto Latino Americano de Agroecologia- Iala Guarani iniciou a partir de uma etapa preparatória que ocorreu na Escola Agrícola de Capibary, Departamento de San Pedro- Paraguay em dezembro de 2008. Em abril de 2011, foi realizado o ato que marcou o início das atividades da turma de Engenharia Agroecológica,

a atividade ocorreu no Assentamento Santa Catalina, Distrito Curuguaty- Departamento Canindeyú – PY, na mesma localidade onde os estudantes iniciaram seus estudos.

Foto 3: Produção de Mudas lala Guarani



Foto 4: Aula lala Guarani



Fonte: Jefferson D. Brandão

Fonte: Jefferson D. Brandão

Segundo La Via Campesina/CLOC – Paraguay afim de se buscar apoio financeiro para dar inicio a construção da lala - Guarani, foi encaminhado um o projeto do Instituto, juntamente com um pedido de apoio a uma serie de entidades dentre as quais a Itaipu Binacional. Esta última, por sua vez, após ter solicitado o cumprimento de uma serie de tramites, aprovou um convênio que se encontra devidamente assinado pelos diretores paraguaio e brasileiro da Itaipu. No entanto o “golpe” institucionalizado que derrubou o governo do presidente Lugo ocasionou a interrupção do convênio.

Como destaca Martins F. (s/d) a “patrulha ideológica” contra o lala Guarani é um reflexo da questão agrária vivida no país, que possui uma estrutura fundiária altamente concentrada sob controle de latifundiários estrangeiros (brasileiros em grande medida) isso acaba por gerar um precarização ainda maior da vida no campo, onde tão pouco a educação pública chega satisfatoriamente. Em 2012 houve um episódio catastrófico que ficou conhecido como “massacre de Curuguaty” onde foram mortos policiais e campesinos. O processo de legalização do Curso oferecido pelo lala Guarani, ainda está sendo pautado pelas organizações, mas ainda sem sucesso até o presente. Assim no ano de 2014 iniciou a VI etapa do curso na compañía Takuruty, Villeta- departamento Central. De acordo o Projeto Pedagógico, o curso terá uma duração de 10 semestres e tem como

objetivo geral:

La carrera de Ingeniería en Agroecología forma profesionales técnicos agroecológicos de nivel superior especializados en el campo de la producción agroecológica, con criterios y conceptos claros volcados hacia los problemas y potencialidades regionales, enfocados en el desarrollo sustentable de la agricultura campesina que tengan capacidad de analice, planificación y aplicación, comprendiendo los procesos políticos, económicos, sociales y culturales de construcción de un nueva matriz productiva al amparo de la Agroecología (Iala - Guarani s/d).

Os desafios são muitos e apesar de não dispor até o momento de infraestrutura própria e adequada para as atividades do curso e dispor de recursos insuficientes para cobrir as demandas. O curso está no sétimo semestre e atualmente possui cerca de quarenta educandos, oriundos de quatro países latino-americanos.

Com o objetivo de aproximar os diversos movimentos populares do campo oriundo dos países amazônicos a fim de construir formas de desenvolvimento que contemplem as populações originárias e que sirvam de alternativa a exploração devastadora que o agronegócio vem promovendo na região amazônica, em 2009 é criado no Assentamento Palmares II que está localizado a 20km da cidade Parauapebas- Pará, o Iala Amazônico (SILVA, 2014).

O primeiro curso do Iala Amazônico é a Especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia que surge a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA, através de uma parceria com a Via Campesina e Universidade Federal do Pará- UFPA, por meio do programa Lato - Senso Residência Agrária e iniciou as atividades da sua primeira turma no ano de 2011 (SILVA, 2014). Cabe ressaltar que até o presente momento a iniciativa conta apenas com educandos brasileiros.

No ano de 2014 é anunciada a criação do Instituto Agroecológico Latino Americano para as Mulheres do Campo a ser instalado na localidade de Chépica, a 180 quilômetros, sentido sul de Santiago, no povoado de Auquinco - Chile. Conforme a Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas- ANAMURI (Chile), o IALA consistirá em um espaço aberto a comunidade e será o primeiro dos institutos articulados pela CLOC- Via Campesina a dedicar-se exclusivamente a formação de mulheres.

Fundada no mês de janeiro do ano de 2005, a Escola Nacional Florestan Fernandes- ENFF esta situada no estado de São Paulo, na cidade de Guararema, a

escola faz parte dos esforços empreendidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST e demais colaboradores. Desde a sua criação a escola já recebeu militantes não só do Brasil e demais países latino-americanos como também de outros continentes. Dentre as atividades desenvolvidas na escola destacam-se os cursos de formação política de curta duração, graduação e até uma pós-graduação.

No dia 17 de abril do ano de 2013 foi inaugurada a Universidad Campesina SURI – Unicam, localizada na Villa Ojo de Agua em Santiago del Estero- Argentina, a iniciativa faz parte de uma conquista histórica do Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) e conta com o reconhecimento e colaboração das Universidades Nacionais de La Plata e Quilmes, do Ministério de Agricultura da Argentina, da Subsecretaria de Agricultura Familiar da Nação e também de várias organizações do campo. A iniciativa possibilitará a formação de trabalhadores do campo e da cidade nas seguintes áreas de formação: Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Direitos Humanos e Território, Música e Cultura Popular e Gestão de Meios Populares de Comunicação.

Além das escolas citadas destacam-se também experiências como: A Escola Nacional de Agroecologia- ENA (Equador), Escola de Agroecologia Raul Balbuena (Colômbia) e o Instituto Latino Americano de Agroecologia- IALA Mesoamérica/ Universidade Campesina Hugo Chaves Frías- UCLA (Nicarágua). Destacam-se também as Escolas Latino Americanas de Medicina- Elam (Cuba e Venezuela) como espaços potencializados pela Alba.

2.2 A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA NA ELAA

Tomando em conta as experiências já aqui apresentadas, vamos aprofundar um pouco mais sobre a práxis educativa da Elaa. A escolha dessa escola se dá pelo contexto desta já ter formado três turmas e por isso mesmo esta com a metodologia mais consolidada, no entanto é importante destacar que grande parte da metodologia que ira ser apresentada em geral reflete no método pedagógico adotado pelas escolas que são construídas a partir da inserção da CLOC- Via Campesina.

O curso de Tecnólogo em Agroecologia ofertado na ELAA foi iniciado em 2005, e seu funcionamento regular se ampara no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Configura-se como a primeira experiência brasileira na área temática de agroecologia à nível de graduação, até então foram formadas três turmas no respectivo: Turma Mata Atlântica realizada entre os anos de 2005 e 2009;

Turma Resistência Camponesa de 2007 à 2010; Turma Semente Latina de 2010 à 2013. Desde o início dos trabalhos na Elaa priorizou construir uma proposta educativa que refletisse os princípios e as bandeiras defendidos pelos movimentos populares do campo assim como nos lembra (CALDART, 2006 apud CARMO, 2011: 122):

A escola pode ser melhorada no sentido de superar as relações de reprodução social da atualidade, desde que vinculadas (...) à práxis pedagógica dos Movimentos Sociais Populares, os quais podem ajudar na resignificação dos processos educativos escolares, na perspectiva da formação de sujeitos da transformação social e autotransformação humana.

Assim sendo, as camponesas e camponeses organizados nos movimentos populares do campo, encontram o desafio de construir um projeto educativo que busque superar as seguintes questões: formar profissionais na área de ciências agrárias, que atuem de forma diferente dos técnicos convencionais que são meros reprodutores de pacotes tecnológicos. Atendendo exclusivamente os interesses do agronegócio e por isso mesmo seu conhecimento científico não contempla a demanda dos sujeitos historicamente excluídos por este modelo de agricultura. De maneira a propor uma espaço educativo que não reproduza os valores da escola conservadora, cuja trajetória histórica exclui os sujeitos do campo do acesso a educação. As alternativas apontadas pela CLOC- Via Campesina, para buscar a superação destas questões serão desenvolvidas a partir de agora.

2.2.1 Por que Optar pela Formação em Agroecologia

Ao longo dos tempos o campo passou por diversas transformações que mudaram não só a estrutura de organização social que por lá existia, mas também, alteraram as técnicas empregadas na produção agrícola, esses fenômenos ficaram conhecidos como “revoluções agrícolas” (MOZOYER e ROUDART, 2001). Em meio a estas transformações que ocorreram na agricultura destacamos as que ocorreram após a II grande Guerra Mundial. Chegando de maneira mais intensa nos países latino-americanos a partir da década de sessenta através da convergência entre os avanços científicos tanto na indústria agroquímica, como na estruturação de um setor industrial voltado para a agricultura “que, em grande medida, foi herdeiro de uma indústria bélica em desativação” (PERTESEN, 2012:43) soma-se a esse processo os enormes

investimentos públicos, criação condição necessária para viabilizar o modelo que ficou conhecido como Revolução Verde.

Esse processo derivou de sucessivas transformações que já vinham ocorrendo há séculos. No entanto, é a partir dele que são dadas as condições para profundas transformações que buscaram alterar por completo a base da agricultura. Ou seja, com advento da revolução verde o que se buscou foi substituir os saberes historicamente construídos pelos agricultores. Pelos “avanços” científicos que introduziram na agricultura insumos sintéticos de origem industrial, fazendo com que o trabalho antes feito a partir da convivência com a dinâmica dos ciclos presentes na natureza, fossem separados nas seguintes partes: “agricultura – pecuária - natureza - sociedade, e cada esfera passou a ser considerada de maneira fragmentada, quebrando-se a unidade existente entre ser humano e natureza” (PEREIRA, 2012:688).

Na perspectiva de contrapor o modelo anteriormente descrito é que as organizações populares do campo adotaram o enfoque agroecológico como um conhecimento científico, associado aos saberes práticos e ancestrais, que visam (re)conectar a produção agrícola com os ciclos naturais. É a partir dessa leitura que a Via Campesina define durante sua V Conferência Internacional adotar a agroecologia como matriz produtiva para a agricultura, pois “só a produção camponesa agroecológica pode desvincular o preço dos alimentos do preço do petróleo, recuperar os solos degradados pela agricultura industrial, e produzir alimentos sãos” (La Via Campesina, 2013:05).

De acordo com Machado e Filho (2014) a agroecologia deve contemplar às seguintes dimensões: escala, social, política, econômica, ambiental, energética, cultural, administrativa, técnica e ética de maneira a alcançar à soberania alimentar. GUHN e TONÁ (2012) apontam que para compreender as condições que determinaram o surgimento da agroecologia, é indispensável interpretar que a questão ecológica atual esta associada a perspectiva de “reprodução social” não só de alguns povos, mas também com a existência até mesmo de certos países. Por isso é mais do que necessário adotar a agroecologia como estratégia de resistência para os camponeses que permanecem no espaço rural até os dias atuais.

No campo científico podemos destacar ao menos duas vertentes expressivas que debatem o conhecimento agroecológico. Uma destas visões destaca-se pela aplicação de fundamentos da ecologia à agricultura e ganhou destaque no início dos anos oitenta, principalmente através dos trabalhos de Miguel Altieri e de Stephen Gliessman, e pelo fato destes pesquisadores terem formação em universidades

estadunidenses, são considerados os principais expoentes da “vertente americana” da agroecologia. A segunda corrente do pensamento agroecológico aqui destacada tem sua origem em meados da década de oitenta e é conhecida como “escola europeia”, tem como seus principais difusores os pesquisadores espanhóis Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina, a abordagem destacada por eles tem uma forte influência da sociologia e propõe a agroecologia desde uma lógica camponesa. Uma forte característica dessa vertente é transdisciplinariedade não só entre as disciplinas científicas (naturais e sociais) mais também propõe uma forte interação com os saberes do campesinato (GUHN e TONÁ, 2012).

2.2.2 A Proposta Pedagógica das Escolas de Agroecologia Organizadas pelo Movimento

O curso de Tecnologia em Agroecologia, desenvolvido na ELAA adota a proposta do Regime de Alternância, segundo o qual: os educandos alternam seu período de formação entre as atividades desenvolvidas na escola, o chamado Tempo Escola - TE e realizam atividades no âmbito das suas comunidades e organizações sociais, este último é conhecido como Tempo Comunidade - TC e dura aproximadamente 75 dias intercalados após cada T.E.

A seguir descreveremos aqui de maneira breve a dinâmica das atividades desenvolvidas em cada um dos tempos citados:

No T.E ocorrem os tempos educativos propostos vão muito além da sala de aula, pois a formação pensada enquanto um processo educativo integral deve contribuir não só para o aprendizado dos conteúdos formativos em agroecologia, “mas também dos processos organizativos e do desenvolvimento humano em geral” (ELAA, 2011:13). Para que o processo de formação dos sujeitos “aflorarem” de maneira integral o Manual do Educando da (ELAA, 2011: 14) propõe os seguintes espaços:

1. **Tempo Formatura:** tempo diário do conjunto da ELAA destinado à motivação das atividades do dia, conferência das presenças por Núcleo de Base, informes gerais e cultivo da mística do cuidado individual e da coletividade, e fortalecendo a unidade como Via Campesina e Classe Trabalhadora, cultivando a Identidade Camponesa Latino-americana e o sentimento internacionalista.
2. **Tempo Aula:** tempo diário destinado ao estudo dos componentes curriculares previstos no projeto do curso, conforme cronograma das aulas;

3. **Tempo Trabalho**¹²: definido em vista à execução do plano de atividades da ELAA como prática a uma educação revolucionária que resgata o trabalho como valor humanizador dos sujeitos ao mesmo tempo em que garante os serviços necessários ao bem-estar da coletividade.
4. **Tempo Círculo de Cultura**: tempo destinado à aprendizagem em processos coletivos que podem envolver socialização de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades artísticas, através do artesanato, da música, da dança, da poesia, do teatro entre outros. Tempo destinado ao cultivo e reflexão das diversas expressões da cultura popular relacionadas a Identidade Camponesa, valorização da luta, dos lutadores e lutadoras e dos símbolos da Classe Trabalhadora. Exibição de filmes. Mostra de filmes com temas relacionados ao conteúdo trabalhado nas etapas.
5. **No Tempo Reflexão Escrita**: tempo específico destinado ao desenvolvimento da prática reflexiva registrada em caderno pessoal contemplando a análise crítica da vivência diária e o processo pedagógico do Curso, da Escola e da Via Campesina, e a busca interior de si mesmo, criando abertura análises mais abrangentes frente à humanidade e ao universo em sua busca à construção de um projeto de vida e de sociedade.
6. **No Tempo Circulo de Debate**: tempo destinado ao aprofundamento de um determinado assunto; análise de conjuntura; momento de socialização e avaliação de experiências.
7. **Tempo Estudo**: tempo destinado ao estudo abordando temas relacionados ao Foco da Etapa, as disciplinas, aos trabalhos de conclusão de curso e conteúdos de interesse pessoal.
8. **Tempo Esporte**: tempo destinado a práticas lúdicas e esportivas que estimulem o desenvolvimento da saúde corporal e intelectual e a integração da coletividade.
9. **Tempo Núcleo de Base**: tempo destinado ao processo organizativo da coletividade e a prática do cuidado entre seus componentes envolvendo a gestão do curso, a mística, estudos, trabalho e outras tarefas delegadas pela Escola e Via Campesina.
10. **Tempo Equipe**: tempo destinado ao planejamento do trabalho nas equipes para o desenvolvimento da etapa.
11. **Tempo Leitura**: tempo destinado a leitura dirigida individual ou coletiva, realizada em sala de aula, orientada pela CPP.
12. **Tempo CNBT**: tempo destinado à reunião dos coordenadores e coordenadoras dos NB's que formam a

¹² O tempo trabalho compõe uma dimensão essencial, uma vez que a formação aqui passa ser pensada no seu sentido mais amplo, onde o sujeito possa ter autonomia, compreendendo inclusive a importância das necessidades básicas para sua vivência individual e coletiva. Na Elaa o trabalho esta dividido nas seguintes equipes: Relatoria e Memória; Saúde e Higiene; Relações Humanas; Comunicação e Cultura; Esporte, Infraestrutura e Jardinagem; Cozinha; Biblioteca e outras que sejam necessárias.

Coordenação dos Núcleos de Base da Turma, para debate, planejamento, avaliação e condução da gestão do processo político e pedagógico do curso, com acompanhamento da CPP;

13. **TEMPO CNB:** tempo destinado à reunião com a coordenação das Turmas e da Brigada Chico Mendes e Coordenadores dos Setores da ELAA, não acontece ordinariamente mas poderá ser convocada quando necessária.

14. **Tempo Siesta:** tempo destinado ao repouso físico e mental, afim de uma maior qualidade e aproveitamento de ensino e trabalho na ELAA.

15. **Tempo UCA – Unidade Camponesa de Agroecologia:** tempo destinado para o desenvolvimento do conhecimento teórico e prático da iniciação à experimentação científica tomando por objeto de estudo e pesquisa situações presentes nos Setores da ELAA, considerando a elaboração de projeto de pesquisa e sua implementação prática e sistematização das informações.

16. **Tempo de Socialização de Experiência Agroecológica:** é um tempo destinado a socialização de experiência em agroecologia vivenciadas e sistematizadas pelos educandos e educandas durante o tempo comunidade. Além de sistematizar o conhecimento construído, proporciona o intercambio de saberes entre os educandos e suas comunidades de origem.

O roteiro acima destacado não se coloca como um padrão a ser seguido, pelo contrário ele é fruto de um processo de organização e auto-organização dos educandos/as, juntamente com a Comissão Política Pedagógica- CPP que é articulada a partir dos colaboradores indicados pelas próprias organizações sociais que constroem a escola. A ideia expressa aqui, vai na perspectiva de exercitar “o aprendizado de organizar o tempo pessoal e o tempo coletivo em relação às tarefas necessárias, levando os educandos a(...) gerir interesses, estabelecer prioridades, assumir compromissos com responsabilidade” (GUHUR, 2011 apud ITERRA, 2004).

No que se refere ao T.C, compreende-se o mesmo como um período de grande importância, pois, é a partir dele que os educandos mantêm o contato contínuo com o grupo social que esta inserido. É nessa etapa que o educando pode estabelecer conexões entre o conteúdo e a vivência adquirida durante o T.E e a contribuição concreta que esta formação pode propiciar a ele para interpretar/interagir com sua comunidade. Além do mais é nesse momento que os educandos desenvolvem as atividades de: estágio, pesquisas recomendadas por educadores, sistematização de experiências agroecológicas, leituras orientadas e o Trabalho de Conclusão de Curso, além de ser neste momento que os educandos apresentam o andamento das ações pedagógicas e políticas que constitui o plano de atividades desenvolvidas junto a organização social que

o indicou, pois, esse tempo também faz parte do seu processo de avaliação (PAZINATO, 2012).

2.2.2.1 Quanto ao currículo, conteúdos e o perfil do profissional Tecnólogo em Agroecologia

A dimensão curricular exercitada busca associar os conteúdos necessários para a formação profissional, do “militante-técnico-pedagogo em Agroecologia” (TARDIN et.al, 2009), para isso busca-se exercitar uma metodologia amparada na Educação Popular (FREIRE); na Coletividade (Makarenko); no Trabalho no sentido amplo de sua interpretação (PISTRAK); na Pedagogia do Movimento (CALDART).

A seguir veremos as seis áreas básicas onde se divide os conteúdos trabalhados na graduação de Tecnologia em Agroecologia: Ciências Básicas (270 horas); Ciências Humanas (450 horas); Produção Vegetal Agroecológica (960 horas); Produção Animal Agroecológica (360 horas); Gestão (120 horas); Prática Profissional (405 horas). Conforme o Projeto pedagógico o Estágio Curricular possui caráter obrigatório para a conclusão do curso e corresponde a 270 horas. Para efeito de avaliação são considerados os seguintes aspectos:

1) Aprendizagem nas Disciplinas (AD), que reflete no aprendizado teórico e prático específico dos conteúdos trabalhados nas disciplinas e demais atividades a elas vinculadas; 2) Desempenho na Gestão do Trabalho (DGT), que incide na inserção e desempenho pessoal na organicidade e realização do trabalho prático da Escola; 3) Vivência Social (VS), reflete sobre a formação do ser humano: valores, formação de caráter, convivência solidária no coletivo, participação no conjunto das atividades, pertença, e militância política; 4) Atividades do Tempo Comunidade (TC) busca refletir o conjunto de tarefas desenvolvidas no T.C, incluindo o Estágio (ELAA, 2009:18).

Dentre os objetivos destacados pelo Projeto Pedagógico, disponibilizado pelo IFPR (2006) destacam-se os seguintes: qualificar os educandos a partir das concepções agroecológicas e sua aplicação nos agroecossistemas e no cotidiano social; contribuir para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras e a construção de um novo paradigma civilizatório para o campo latino-americano; entender e contribuir na formulação e implementação de um novo paradigma civilizatório, baseado em uma

humanidade planetária pacífica e reintegrada à Natureza; formar sujeitos que tenham condições técnico-científicas e metodológicas de discutir e implementar princípios agroecológicos nos assentamentos, reassentamentos, acampamentos e demais comunidades do Campo; contribuir na formação de sujeitos que interfiram ativamente na realidade em busca da mudança do modelo tecnológico e produtivo na agricultura latino-americana em vista da construção de um novo desafio econômico, social, cultural, ecologicamente justo e sustentável.

No que tange o perfil do egresso destacamos alguns dos pontos dispostos no Projeto Pedagógico do Curso superior de Tecnologia em Agroecologia, disponibilizado pelo IFPR e executado em Parceria com a ELAA: atuar em equipes multi e inter disciplinares, inseridas em suas organizações sociais, promovendo a construção de um novo projeto de desenvolvimento sustentável com base na matriz agroecológica; dominar teorias e práticas da agroecologia, compreendendo seus princípios e processos, desenvolvendo elaboração teórica neste campo do conhecimento, assim como desenvolver ações concretas vinculadas as suas organizações e/ou comunidades; conhecer métodos de trabalho e educação popular, de modo a qualificar sua atuação e expandir o conhecimento científico e as tecnologias nas comunidades, organizações e escolas do campo; interpretar e buscar intervir na história e na realidade latino-americana com o objetivo de sua transformação, com ênfase nas questões referentes ao desenvolvimento social do campo, modelo de agricultura, cooperação agrícola e agroecologia; analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área;

Conforme IFPR (2006) a formação do Tecnólogo em Agroecologia possibilita dentre outras ações a capacidade de planejar, organizar, executar e monitorar:

- 1) O uso e manejo do solo de acordo com suas características; As alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais; a obtenção e o preparo da produção animal; o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais;
- 2) Identificar os processos simbióticos, da absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos, a relação entre solo e planta, ar, água, planejando ações referentes aos

tratos das culturas; desenvolver conhecimentos práticos e teóricos nos diferentes sistemas de produção e suas interações dentro de uma visão sistêmica da propriedade com relevância aos processos de cooperação nos processos produtivos e organizativos; elaborar, analisar, implantar e avaliar a viabilidade social, econômica e ambiental de projetos pelos critérios da agricultura agroecológica;

3) Conhecer e aplicar as tecnologias de produção baseadas na utilização e potencialização dos recursos endógenos à propriedade; conhecer e organizar formas alternativas de comercialização, armazenamento e distribuição de produtos agrícolas; conhecer, interpretar a legislação referente a agricultura ecológica e às diferentes formas de cooperação agrícola (cooperativas, associações, grupos coletivos, e outros); apropriar-se dos conhecimentos científicos necessários para embasar sua intervenção na realidade social, aprendendo a articular estes conhecimentos com o saber popular (IFPR, 2006: 23).

Por fim cabe salientar que o processo de formação desenvolvido no âmbito da Elaa, tem buscado alcançar com sua proposta teórico-metodológica, não só a formação dos sujeitos do campo em profissionais Tecnólogos em Agroecologia, mas também tem como objetivo articular a integração dos distintos sujeitos do campo latino-americano e isso vem sendo alcançado, pois, ao longo das três turmas que passaram pela escola foram mais de cem profissionais formados, atuantes em mais de quinze movimentos sociais e organizações populares de diferentes lugares da América Latina, e educandos oriundos dos seguintes países: Brasil, Colômbia, Equador, Haiti, Paraguai e República Dominicana.

Além dos Cursos de Tecnologia em Agroecologia, nestes quase dez anos de existência a Elaa desenvolveu/sediou uma série de atividades junto a várias outras organizações, destacam-se: O Congresso Latino America e Caribenho de Entidades Estudantis de Agronomia- CLACEEA (edição 2006); Visita Técnica durante os Congressos: Brasileiro e Latino Americano de Agroecologia (2009), Plenária Nacional da Federação Única de Petroleiros- PLENAFUP (2009); Curso de Permacultura para camponeses (2010); sediou a I Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento (2011); recebeu o XVI Curso de Formação dos Militantes da Via Campesina do Cone Sul (2014); Sedia pelo segundo ano consecutivo a caminhada ecológica – Anda Brasil (2013 e 2014); Atualmente esta desenvolvendo em parceria com a Universidade Federal do Paraná-

UFPR/Litoral e PRONERA a turma de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza.

Entre os desafios apontados para os avanços nos processos formativos e educativos da Elaa salientamos: a necessidade de mais recursos para se investir na infraestrutura da escola; aproximar as atividades desenvolvidas na escola, não só do assentamento como também da cidade; talvez seja necessário avançar para além do PRONERA no que tange o apoio para realização de cursos como o aqui analisado, é importante que as universidades públicas possam criar mecanismos que garantam a promoção de Ensino Superior para os sujeitos que possuem demandas específicas como: as populações tradicionais e os camponeses.

Quanto as considerações acerca das tarefas políticas que a Elaa tem encarado neste período de sua construção permanente, destaca-se a necessidade de planejar meios com os quais possam ser produzidos a maior parcela dos alimentos consumidos pela própria escola. No que se refere à prática pedagógica diferenciada nota-se a dificuldade da compreensão da proposta no início do curso, assim também como dos/as colaboradores/as inseridos/as na Elaa. Assim é necessário avançar na compreensão e reflexão sobre o método proposto (MEJIA, 2013); Do ponto de vista da organização política se faz necessário um maior grau de envolvimento das outras organizações da Via Campesina- Brasil nas tarefas da escola, pois o MST nos últimos tempos tem assumido exclusivamente esta tarefa; o intercâmbio com as demais experiências educativas da CLOC- Via Campesina em curso é necessário para o avanço de um projeto de integração latino- americano popular e solidário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o potencial de relações que podem ser estabelecidas entre as duas instituições. O trabalho buscou-se apresentar as propostas educativas desenvolvidas no âmbito da Unila e Elaa, enfatizando os projetos pedagógicos adotados pelos cursos de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar - Unila e Tecnologia em Agroecologia - Elaa. Para isso foi necessário compreender o caráter de cada uma das instituições analisadas, pois suas propostas pedagógicas refletem os projetos políticos que os dois espaços observados representam.

É fundamental compreender que um projeto pedagógico que se proponha a dialogar sobre a construção de conhecimentos que propicie a integração latino-americana devem estar ancorados na realidade concreta da sociedade que vive na região, assim os elementos a serem trabalhados devem partir do princípio das experiências históricas e culturais oriundas da própria América Latina. Não se trata de refutar “integralmente” todas as outras construções teóricas e experiências vivenciadas pelos outros povos e suas sociedades. O que se propõe aqui é um olhar crítico para os conhecimentos produzidos de maneira que ao invés de tomarmos este, como “verdade universal” passamos fazer o exercício de localizá-los espacialmente na realidade que esta sendo refletida.

Como salienta Barbosa (2011) é altamente relevante demarcar no campo teórico-conceitual e epistemológico a discussão em torno da categoria hegemonia proposta por Gramsci¹³, pois, para interpretar o cenário em que se dá a disputados diferentes projetos políticos existentes na América Latina e no mundo é necessário compreender de que maneira se correlacionam as forças político-econômicas e sociais ativas na região. Para efetuarmos uma análise mais próxima do contexto latino-americano, é indispensável compreender a atuação tanto do Estado, como dos movimentos sociais, ainda mais quando se pretende refletir sobre as implicações de determinada política pública. Assim, uma das acepções da hegemonia que podemos tomar como referência considera a existência de duas dimensões fundamentais: a direção e o domínio (BARBOSA, 2011 apud LOPES, 2010), busca interpretar os sentidos da hegemonia lançando mão de dois princípios chave: a direção e o domínio, pois estas

¹³ Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (GRAMSCI, 1999:399).

perspectivas se fazem presentes na concepção ideológico-política dos projetos em disputa.

Para BARBOSA (2011) o campo formado pela ideologia se expande por meio da cultura e da educação. No que se refere à primeira, nota-se o desafio de trilhar um caminho onde se priorize e potencialize o surgimento de novas culturas políticas. Já o segundo horizonte se daria a partir da reprodução da dominação à medida que a ideologia em curso reforce a manutenção das estruturas que tradicionalmente exercem o domínio das dimensões político-econômico e também, ideológico.

Ainda no que tange a cultura e a ideologia nos processos de diferenciação social desencadeados na América Latina, podemos notar que na última década do século XX o que evidenciamos foi o surgimento de uma série de movimentos sociais com uma identidade mais próxima de categorias alternativas que além de possuir um caráter reivindicatório também constitui uma perspectiva de construção de experiências concretas. É sob essa base que Barbosa (2011) afirma que a mudança na cultura propicia processos de enfrentamentos históricos, que por sua vez pode ou não reverberar em uma nova cultura política. Sendo assim nota-se uma relação entre as dimensões política e cultural, pois estas estão imediatamente atreladas à ideologia. Que por sua vez se chocam na disputa pelo espaço hegemônico, e este último se torna evidente quando “a disputa pela supremacia política se dá através da correlação de forças sociais imposta pelos atores políticos que exercem a pressão política mediante a disputa de seus projetos”(BARBOSA, 2011:14).

No que se refere à perspectiva de pensar a educação como elemento da hegemonia, lançamos então um olhar mais próximo dos processos, que concernem a construção da democracia, da cidadania e da garantia de direitos na região. Ao notarmos as experiências construídas a partir das lutas políticas protagonizadas por movimentos sociais na América Latina, torna-se evidente o papel político assumido pela educação na formação política dos sujeitos diretamente vinculados a respectiva ação coletiva. Portanto é imprescindível tomar em conta as estratégias construídas pela sociedade civil latino-americana, afim de que estas experiências específicas sejam fortalecidas ao ponto de que possam emergir propostas latino-americanas de educação com um caráter libertador. Por isso, mesmo é necessário entender que para que estas propostas se viabilizem, as mesmas devem estar mediadas por alternativas pedagógicas que tenha como ponto central o fortalecimento do Poder Popular (BARBOSA, 2011).

É justamente alicerçado nessas premissas que apontamos aqui algumas

das reflexões geradas a partir da proposição deste respectivo trabalho, pois é notório observar que mesmo se tratando de buscar promover a integração latino-americana a partir da educação tanto a Elaa quanto a Unila respondem de distintas formas essa estratégia. Por isso mesmo apesar de se proporem aparentemente a um objetivo similar, os pressupostos ideológicos que balizaram seus percursos se diferenciam quanto ao conteúdo e a forma com que se estabelecem seus projetos políticos que respondem por sua vez a distintas perspectivas sobre como responder a uma proposta evidentemente latino-americana tanto de educação, como de integração.

Tomemos aqui alguns dos elementos que diferenciam os dois espaços que apesar de estarem em estágios diferentes é importante ressaltar, estão ao seu modo passando por um processo construção:

1 - A Elaa tem sua base fundante na Alba que por sua vez responde a um projeto político de integração latino-americano a partir da cooperação e solidariedade não apenas entre os Estados nacionais, mais também entre os povos. Por outro lado, a Unila tem sua origem a partir de uma iniciativa brasileira para América Latina, que ainda sim tem um forte vínculo com a integração promovida pelo Mercosul, que reconhecidamente tem alterado ainda que “paulatinamente” sua atuação na região, mais que ainda possui uma predominância em uma agenda voltada para a integração a nível comercial e sem prioridade de participação popular;

2- Ainda que em certa medida algumas das ações da Elaa se dão desde uma relação construída com o Estado, através do acesso às políticas públicas geradas a partir de reivindicações promovidas pelas organizações sociais, nota-se que os movimentos sociais populares exercem um forte protagonismo na execução das atividades da escola. No caso da Unila observa-se pouco espaço destinado para a participação popular. A gestão da Universidade se faz a partir das normas que estão atreladas a burocracia do Estado (nesse caso o Brasil), fazendo com que a perspectiva de se construir outra educação se esbarre no elitismo acadêmico próprio das universidades convencionais. Além disso, é importante que as normas que regem a ensino Universitário brasileiro, avancem no sentido de propiciar mecanismos, que amparem propostas como as da Unila e Unilab;

3- No que tange os projetos pedagógicos vigentes nos cursos de Tecnologia em Agroecologia - Elaa e DRSA - Unila nota-se que: ambos foram pioneiros em nível de graduação no ensino superior brasileiro; há alguns pontos em comum expressos nos objetivos e no perfil do egresso de cada um dos cursos. No entanto o

primeiro traz como princípio a luta pela terra, a aproximação com os movimentos sociais e tem orientação no paradigma da Questão Agrária. Enquanto que o segundo tem forte orientação teórica no paradigma do Capitalismo Agrário e com base nele propõe formar profissionais capazes de formular/atuar em políticas públicas de caráter não estrutural, ou seja, que não intervêm na realidade afim de propor transformações das estruturas sociais atuais;

4- Enquanto a Elaa se dedica a formação de educandos oriundos do campo, que estão inseridos nas organizações sociais que se organizam para disputar por outro modelo de agricultura e de relações sócias no campo. O curso de DRSA é ofertado por meio de uma seleção padrão no ensino superior brasileiro e que historicamente não propicia o acesso dos sujeitos do campo ao ensino universitário;

5- A metodologia adotada pelo curso de Tecnologia em Agroecologia-Elaa, é assentada em uma pedagogia que busca formar os educandos de uma maneira que eles potencialmente, se envolvam cada vez mais na realidade de atuação, o que é possível através de metodologias e ou arranjos pedagógicos como o regime de alternância e a auto-organização a partir dos tempos educativos. No curso de DRSA-Unila a metodologia recorrente é a convencionalmente centrada na relação de transferência de conhecimento do professor para o aluno, a maior parte da formação se dá em sala de aula.

Diante do percurso que fizemos ao longo deste trabalho destacamos por fim algumas ideias que nos parece possíveis diante das análises que foram feitas até então, dentre os pontos que evidenciamos como possíveis de serem aprofundados, refletidos e até mesmo colocados em ação destacamos: as relações que a Unila pode viabilizar através de uma parceria estratégica com os demais países da América Latina, onde se acordem compromissos com as instituições públicas dos referidos países. Para isso a aproximação com iniciativas como Celac e Alba, se configuram como ação fundamental rumo a uma integração alicerçada em outros níveis que não sejam somente comerciais.

Como podemos ver tanto a Elaa, quanto as lala's se configuram como espaços que podem contribuir muito com a perspectiva da integração, a partir da educação. Assim se faz necessário um maior contato entre a Unila e essas experiências que inclusive antecedem a proposta de aproximar professores e estudantes, oriundos de diversos países da América Latina. Por tanto nos parece interessante avançar em intercâmbios, seminários, cooperações, estágios formais e informais, além de outras

atividades que podem ser desenvolvidas em conjunto entre as experiências.

Quanto ao curso de Tecnologia em Agroecologia- Elaa e DRSA- Unila, percebe-se que. O primeiro emerge através de uma relação orgânica com os movimentos sociais do campo, por isso mesmo em certa medida se encontra em um contexto que apesar das dificuldades (logísticas e financeiras), tem possibilitado um maior engajamento com a realidade sob o qual, parte dos atores sociais do espaço rural latino-americano estão inseridos. Como podemos notar, ambos cursos têm enfoque diferenciado quando comparados as tradicionais áreas voltadas ao estudo das ciências agrárias. No entanto, o curso de DRSA ainda está muito afastado da realidade concreta que se expressa sob o rural da região. Destaca-se aqui ações como a aproximação com a REAF que ainda possui caráter pontual, mas que pode ser ampliada, além deste há uma série de outros espaços que podem gerar boas experiências (Reunião de Altos Funcionários sobre Agricultura Familiar da Celac; atividades promovidas pela Confederação de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado - Coprofam e pela Cloc - Via Campesina; eventos temáticos da Alba e etc.).

Ao finalizar esse trabalho reiteramos que as experiências aqui apresentadas se encontram em plena construção. Por isso mesmo, fica aqui a perspectiva de que os temas trabalhados possam servir de contribuição tanto para futuras ações de caráter efetivo sejam estas no âmbito, do aprofundamento político ou de caráter acadêmico. Acerca das reflexões expostas a partir deste trabalho, espera-se também que os diferentes atores sociais latino-americanos possam ampliar suas perspectivas sobre a necessidade de que os projetos políticos de integração possam permitir um maior diálogo com o espaço rural da América Latina, atentando para os anseios dos sujeitos historicamente excluídos pelas ações políticas predominantes na região.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. N. **Pioneirismo e Hegemonia**: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832 -1911). Tese de Doutorado em História – UFF. Niterói- RJ, 2010.
- BARBIER, R. **A Pesquisa Ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Ed. , 2007.
- BARBOSA, L. P. Pensamento Pedagógico Latino-Americano e a Construção do Simbólico e do Hegemônico: elementos para pensar a práxis educativa dos movimentos sociais como ação contra-hegemônica na América Latina in: V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO. 2011, Florianópolis – SC – Brasil. UFSC, p. 1 - 18.
- BRASIL, Presidência da República. **Lei de Criação da Unila**[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2010/lei/l12189.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12189.htm): acessado em 02/11/2014.
- CAMPOS, J. **A Integração Latino-Americana nas Escolas Latino-Americanas de Agroecologia da Cloc-Via Campesina no Brasil e Venezuela**. Dissertação de Mestrado em Educação UNIOESTE, Cascavél- PR, 2014.
- CAPORAL F. ; COSTABEBER J. ; PAULUS G. **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, 2009.
- CAVALLET, V. J. **A Formação do Engenheiro Agrônomo em Questão**: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI. Tese de doutorado em Educação- FE USP. São Paulo, 1999.
- CHONCHOL, J. Soberania Alimentar. **Estudos Avançados** 19 (55) p. 33- 48, 2005.
- CLOC. Coordenadoria **Latinoamericana del Organizaciones del Campo**. disponível em <<http://www.cloc-viacampesina.net/> : acessado em 24 e 30/10/2014.
- CUNHA, Maria Isabel Da; LEITE, Denise, B.C. **Decisões Pedagógicas e Estruturas de Poder na Universidade**. - Campinas, SP: Ed. Papirus, 1996.
- DELGADO, Guilherme C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio** – Meio Século de Mudanças Cíclicas (1965-2012). 2013.
- DRSA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar**, Foz do Iguaçu-PR, UNILA, 2014.
- ELAA. **Documento Orientador**, Lapa- PR, 2011.
- FELICIO, M. J. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. Presidente Prudente- SP: UNESP, 2010.
- FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- FOLADORI, Guillermo. Metodología Materialista para el Análisis Social. In: **Cuardenos de Extensión**. Montivideo- URU: CSEAM, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Introdução ao estudo da filosofia. Rio de Janeiro- Ed. Civilização Brasileira, V.1-, 1999.

GUHUR, D. M.P. **Contribuições Do Diálogo De Saberes À Educação Profissional Em Agroecologia No Mst**: desafios da educação do campo na construção do projeto popular. Maringá-PR, 2010.

GUHUR, Dominique M. P.; TONÁ, Nilciney. Agroecologia, In: CALDART (Coord.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

IALA GUARANI. **Proposta Pedagógica**: Carrera del Engeinéria em Agroecología. Cloc-Via Campesina, s/d.

IFPR. **Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**, Curitiba-PR: MEC, 2006.

IMEA. **A Unila em Construção**: um projeto universitário para a América Latina / Instituto Mercosul de Estudos Avançados – Foz do Iguaçu: IMEA, c2009.

KONDER, Leonardo. **O que é dialética**. São Paulo: 27° ed. Editora Brasiliense, 1994.

LIMA, A.C.; STRONZAKE, J.; STRONZAKE, J. **A Internacionalização da Educação e a Construção de Identidade de Classe**: contribuições da via campesina em processos educativos agroecológicos na América Latina, s/d Digitado.

LIMA, Aparecida do Carmo. **Práticas Educativas em Agroecologia no MST/PR**: Processos formativos na luta pela emancipação humana. Maringá- PR: UEM, 2011.

MACHADO, L.C. P. ; FILHO, L. C. P. M. **A Dialética da Agroecologia**: contribuição para um mundo sem veneno. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2014.

MARTINS, Dênis Valério. **A história da educação superior na América Latina e o desafio integracionista da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)**. Cascavel, PR: UNIOESTE, 2012.

MARTINS, F. J. **MST, Via Campesina e Educação**: Integração e o Instituto De Agroecologia Latino Americano (Iala) Guarani. Foz do Iguaçu- PR: UNIOESTE, s/d.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo**: do Neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MEJIA, E. **Desafios e Aspirações da Escola Latino Americana de Agroecologia (Elaa) para a Educação da Libertação**. LAPA- PR: ELAA, 2013.

MUHR, T. Venezuela e ALBA: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.2, p. 611-627, maio/ago. 2010.

NIEMEYER, C. B. Via Campesina: Uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA.II, Florianópolis- SC, 2007, UFSC, p. 157- 178.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p 282 – 287.
- PAZINATO, M. **A Contribuição do Curso de Tecnologia em Agroecologia na Atuação Técnica de Educandos Camponeses Formados na Escola Latino Americana de Agroecologia – Elaa**. Cascavél - PR: UNIOESTE, 2012.
- PEREIRA, M. C. B. Revolução Verde. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p 685 – 689.
- PETERSEN, P. Agriculturas Alternativas. CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p 50 – 56.
- SILVA, A. B. **Iala Amazônico**: a permacultura como um estímulo à proposta de construção permanente. Marabá- PA: UFSSPA, 2014.
- SILVA, L. ; SOUZA, N. ; PINTO, L. **Relações Internacionais do Brasil e Integração Latino-Americana**. CUIABÁ- MS: ED. UFMS, 2008.
- SILVA, R. M. L. **A Dialética do Trabalho no MST**: a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes. Niterói-RJ: 2005. 320 p.
- SOUZA, M. ; BELTRAME, S. **EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Brasília, 2010. p 84 – 93.
- SOUZA, H. J. Como se faz Análise de Conjuntura. 34° ed. Petrópolis- RJ. Ed.Vozes, 2014
- TARDIN, J. ; HADCHI, C. Et.al. **ELAA- Uma Escola Camponesa para a Emancipação Humana Escola Latino Americana de Agroecologia - Experiências Camponesas de Agroecologia** Lapa- PR: Ed. Elaa. p 4- 12 Novembro, 2009.
- TOURINHO, A. C. **O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e a Eschola Agrícola da Bahia**. FAGEDUFBA, s/d
- TOURINHO, Antonieta de Campos. A salvação da lavoura: a Escola Agrícola de São Bento das Lages. In: Revista da **FAGEDUFBA**. n° 04 Salvador: UFBA, 2000 :27-37.
- UNILA. **Regimento Geral da Unila**. Foz do Iguaçu, Junho 2013.
- UNILA. **Estatuto da Unila**. MEC, 2012.
- VIA CAMPESINA. Comissão Internacional sobre a Agricultura Camponesa Sustentável: **De Maputo à Jacarta**: 5 anos de Agroecologia em La Via. s/d.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE
DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR



CÓDIGOS SIGAA	COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITOS	CÓDIGOS SIGAA	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES OBRIGATORIAS	CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES OPTATIVAS, LIVRES, ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ESTAGIOS
1º SEMESTRE						
GER0005	FUNDAMENTOS DE AMÉRICA LATINA I			4	60	
GER0040	PORTUGUÊS ADICIONAL BÁSICO/ESPAÑHOL ADICIONAL BÁSICO			8	120	
DSA0003	INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E A SEGURANÇA ALIMENTAR			4	60	
BIO0016	INTRODUÇÃO A BIOLOGIA			4	60	
DSA0039	INTRODUÇÃO A SOCIOLOGIA			4	60	
TOTAL PARCIAL				24	360	
2º SEMESTRE						
GER0006	FUNDAMENTOS DE AMÉRICA LATINA II			4	60	
GER0009	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTIFICO			4	60	
GER0041	PORTUGUÊS ADICIONAL INTERMEDIÁRIO I/ESPAÑHOL ADICIONAL INTERMEDIÁRIO I	PORTUGUÊS ADICIONAL BÁSICO/ESPAÑHOL ADICIONAL BÁSICO	GER0040	8	120	
DSA0002	INTRODUÇÃO A ECONOMIA			4	60	
DSA0042	DINÂMICA DOS SISTEMAS AGRÁRIOS			4	60	
MAT0007	FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA			4	60	
TOTAL PARCIAL				28	420	
3º SEMESTRE						
GER0007	FUNDAMENTOS DE AMÉRICA LATINA III	FUNDAMENTOS DE AMÉRICA LATINA I E II	GER0005; GER0006	2	30	
GER0045	ÉTICA E CIÊNCIA			4	60	
GER0042	PORTUGUÊS ADICIONAL INTERMEDIÁRIO II/ESPAÑHOL ADICIONAL INTERMEDIÁRIO II	PORTUGUÊS ADICIONAL INTERMEDIÁRIO I/ESPAÑHOL ADICIONAL INTERMEDIÁRIO I	GER0041	4	60	
QUI030	FUNDAMENTOS DE QUÍMICA PARA A AGRICULTURA			4	60	
ANT0003	INTRODUÇÃO A ANTROPOLOGIA			4	60	
DSA0012	TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL			4	60	
DSA0010	HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO			4	60	
TOTAL PARCIAL				26	390	
DSA0004	AGROECOSSISTEMAS I			4	60	
DSA0040	SOCIOLOGIA DO MUNDO RURAL			4	60	
DSA0005	ECONOMIA DO ESPAÇO RURAL			4	60	
DSA0015	ALIMENTAÇÃO E CULTURA			4	60	
DSA0006	PEDOLOGIA E GEOMORFOLOGIA; BASES CONCEITUAIS APLICADAS AO ESPAÇO RURAL			4	60	
EST0001	ESTATÍSTICA			4	60	
TOTAL PARCIAL				24	360	
5º SEMESTRE						
DSA0011	AGROECOLOGIA			4	60	
DSA0019	ANTROPOLOGIA DAS POPULAÇÕES RURAIS			4	60	
DSA0020	DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA			4	60	
DSA0021	ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS			4	60	
DSA0022	ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE			4	60	
	OPTATIVA			4		60
TOTAL PARCIAL				24	300	60
6º SEMESTRE						
DSA0023	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS			4	60	
DSA0024	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO NA AMÉRICA LATINA			4	60	
DSA0025	SISTEMAS AGROALIMENTARES			4	60	
DSA0007	PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS			4	60	
DSA0027	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA E ESPAÇO RURAL			4	60	
DSA0009	LEGISLAÇÃO, QUALIDADE E CONTROLE DE ALIMENTOS			4	60	
	OPTATIVA			4		60
TOTAL PARCIAL				28	360	60
7º SEMESTRE						
DSA0035	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I			2	30	
DSA0029	AGRICULTURA, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE			4	60	
DSA0031	PLANEJAMENTO RURAL E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES ESPACIAIS			4	60	
DSA0033	GESTÃO DE PROJETOS			4	60	
DSA0034	POLÍTICAS DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR			4	60	
	OPTATIVA			4		60
	OPTATIVA/DISCIPLINA LIVRE			4		60
TOTAL PARCIAL				26	270	120
8º SEMESTRE						
DSA0038	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II			12	180	
DSA0036	PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL			4	60	
DSA0037	SISTEMAS DE AQUÍFOS			4	60	

CONTEÚDOS ELAA

Via Campesina

Instituto Latino-Americano de Agroecologia, Educação, Capacitação e Pesquisa da
Agricultura Camponesa Contestado - ICA

Instituto Federal do Paraná - IFPR
ESCOLA LATINO AMERICANA de AGROECOLOGIA – ELAA

Áreas	Carga horária	Disciplinas
Ciências Básicas	270	Matemática, Física; Química, Biologia; Português, Espanhol;
Ciências Humanas	450	Filosofia; Economia Política; História Geral; História da América Latina; Sociologia Rural; Psicologia Social; Cooperação e Cooperativismo; Teoria Pedagógica; Metodologia de Pesquisa Científica; Geografia;
Produção Vegetal Agroecológica	960	Ecologia; Botânica; Bioquímica vegetal; Climatologia; Fisiologia Vegetal Produção agroecológica; Princípios e Fundamentos da Agroecologia; Manejo e desenho de agroecossistemas; Cultivos Agroecológicos; Plantas Forrageiras; Fitopatologia; Solos; Sistemas Agroflorestais; Fruticultura; Olericultura; Ecologia de insetos; Balanço Energético das culturas e criações
Produção Animal Agroecológica	360	Genética e melhoramento animal; Anatomia; nutrição animal; Sanidade animal; Produção de leite a base de pasto em PRV;
Gestão	120	Bioconstrução; Máquinas agrícolas; Tecnologia e processamento de alimentos; administração rural; economia e mercado; projetos de gestão agroindustrial;
Prática Profissional	405	Trabalho de conclusão de curso; Experiências Agroecológicas; Unidade Camponesa de Agroecologia-UCA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E A
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.452/0001-97, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", Brasília-DF, doravante denominado **MDA**, representado neste ato pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, senhor **GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS**, portador da Carteira de Identidade nº 4042364028, expedida pela SSP/PC-RS e inscrito no CPF sob nº 279.057.990-34, nos termos da delegação de competência conferida pelo Decreto Presidencial de 13 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 14 de março de 2012, e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.806.275/0001-33, com sede na cidade de Foz do Iguaçu/PR, na Avenida Tancredo Neves, nº 3838, doravante denominada **UNILA**, neste ato representada pelo Reitor *Pro tempore*, senhor Professor Dr. **HÉLGIO TRINDADE**, nomeado conforme Portaria nº 212 de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 1º de março de 2010, Seção 2, Página 18, do Ministério da Educação, inscrito no CPF sob o nº 005.881.640-10, portador da Carteira de Identidade nº 9005507505/RS, em conformidade à Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, ao Decreto nº 7.255, de 04 de agosto de 2010, à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e à Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, **considerando**:

1. Que o MDA é responsável, de parte do Governo Brasileiro, pela coordenação nacional da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF MERCOSUL); criada pela Resolução Nº 11/04 do Grupo do Mercado Comum do Sul;
2. A permanente demanda da REAF MERCOSUL por estudos, análises e pesquisas sobre os processos vinculados à agricultura familiar, ao desenvolvimento rural e à reforma agrária nos Estados Partes e Associados do MERCOSUL;
3. A parceria celebrada entre MDA e UNILA para a realização do II Curso de Formação de Jovens Rurais da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL, ocorrido na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, entre os dias 28 de outubro e 3 de novembro de 2012;
4. A criação, por parte da UNILA, do curso de graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar;
5. Que a cooperação entre as duas instituições contribuirá para a geração e disseminação do conhecimento e para o desenvolvimento de atividades científicas relacionadas com os processos de integração da América Latina nas áreas da agricultura familiar, do desenvolvimento rural e da reforma agrária;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESOLVEM assinar o presente **Acordo de Cooperação, doravante denominado "Acordo"**, visando objetivos e tarefas comuns, de acordo com o disposto nas cláusulas e nas condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Acordo tem como *objeto* estimular e implantar programas de cooperação capazes de promover a realização de estudos, pesquisas e análises, bem como de capacitações, cursos presenciais e de extensão, nas áreas de interesse comum, dentro de seus limites e competências e em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Primeiro – As partes promoverão ações que possibilitem a troca de conhecimentos e experiências e/ou qualquer outra atividade de interesse comum relacionada a ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo Segundo – As atividades realizadas na consecução dos objetivos deste Acordo serão formalizadas por correspondência oficial entre as partes, onde serão detalhadas as obrigações assumidas e obrigatoriamente farão referência a este Acordo.

CLÁUSULA SEGUNDA

A cooperação empreendida em decorrência do presente Acordo será baseada na participação conjunta das instituições, com o propósito de fortalecer as ações relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão nas áreas da agricultura familiar, segurança e soberania alimentar, desenvolvimento rural e reforma agrária na América Latina. As ações poderão incluir:

- a) Pesquisa conjunta e parceria para a realização de cursos de extensão, e outras instâncias de ensino presencial ou à distância – com base em proposta(s) específica(s), qualificação dos participantes, aprovação das instituições e apoio de outras fontes financiadoras;
- b) Realização conjunta de seminários, conferências, capacitações e outros, envolvendo programas estabelecidos em função de interesses comuns;
- c) Publicação conjunta de estudos, pesquisas e artigos sobre temas de interesse comum;
- d) Uso de Instalações – uso de laboratório, equipamentos e acervo bibliográfico, envolvendo programas estabelecidos em função de interesses comuns;
- e) Outras Ações em Cooperação – ações não expressas aqui, entretanto, consideradas relevantes no futuro por ambas as instituições envolvidas.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para orientar as atividades decorrentes deste Acordo, cada parte indicará um coordenador responsável pelo Acordo, podendo ser designados sub-coordenadores para cada atividade específica, quando julgar necessário.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Parágrafo Único - Os programas e projetos cooperativos farão constar a natureza específica do trabalho, seus objetivos, recursos financeiros eventualmente envolvidos, cronograma, recursos humanos e materiais necessários.

CLÁUSULA QUARTA

Ambas as instituições concordam que a intensidade e o tipo de cooperação prática está restrita aos recursos financeiros de cada instituição. Nesse sentido, o planejamento programático será adotado em função dessas restrições.

CLÁUSULA QUINTA

O presente Acordo entrará em vigência na data de sua assinatura e terá validade por 05 (cinco) anos, sendo renovado automaticamente, podendo o participante que dele se desinteressar, comunicar sua intenção de denunciá-lo, com a antecedência mínima de noventa dias, ficando ressalvadas as atividades em andamento até a data de sua conclusão.

CLÁUSULA SEXTA

Durante sua vigência, este Acordo de Cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento das obrigações pactuadas.

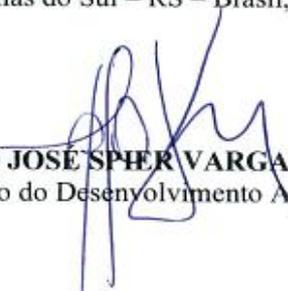
CLÁUSULA SÉTIMA

Em caso de controvérsia a respeito da interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os participantes concordam em solucioná-lo administrativamente e em última instância mediante submissão do caso à apreciação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF da Advocacia-Geral da União, na forma do inciso XI, art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e do inciso III, Art. 18 do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA OITAVA

A UNILA providenciará, às suas expensas, publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, no prazo e na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

Caxias do Sul – RS – Brasil, em 14 de novembro de 2012.


GILBERTO JOSÉ SPHER VARGAS
 Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário


Prof. Dr. HELGIO TRINDADE
 Reitor *Pro tempore* da UNILA



I Reunión de Altos Funcionarios sobre Agricultura Familiar de la CELAC

Brasilia, 05 y 06 de noviembre de 2013

Declaración Final

Los países de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), reunidos en la I Reunión de Altos Funcionarios sobre Agricultura Familiar, los días 5 y 6 de noviembre de 2013, en Brasilia:

1. Reconocen el papel protagónico desempeñado por los pueblos indígenas y originarios y las comunidades tradicionales, así como sus experiencias, conocimientos e innovaciones en producción, protección y preservación de toda la diversidad genética original y de gestión de recursos naturales, para fortalecer la agricultura familiar en la región;
2. Subrayan que las políticas públicas para la promoción de la producción y el bienestar de la agricultura familiar, campesina e indígena generan garantía de la seguridad alimentaria y nutricional, la erradicación del hambre y la pobreza rural, el aumento de la calidad y disponibilidad de alimentos, la diversificación de la oferta, respetando características culturales propias de cada localidad, los hábitos alimenticios saludables, así como la disminución del éxodo rural hacia las ciudades y la promoción del desarrollo sostenible;
3. Destacan el papel de los mecanismos institucionales diferenciados, que prioricen el financiamiento, el crédito rural (recursos y servicios financieros) y la adquisición de productos de la agricultura familiar como instrumentos importantes para fomentar la producción y la permanencia en el campo de las y los agricultores familiares, campesinos e indígenas. Para esos objetivos, se estimula la implementación de sistemas de identificación y registros nacionales de la agricultura familiar, campesina e indígena;
4. Reconocen que, además de los programas de compras institucionales y apoyo a la comercialización, el soporte a la inclusión productiva de las y los agricultores familiares, campesinos e indígenas requiere la combinación de diferentes políticas gubernamentales que promuevan la igualdad y la autonomía económica de las mujeres rurales, el acceso a la tierra, el agua y la información, instrumentos de financiamiento, la asistencia técnica y extensión rural, los seguros, así como el fomento de las asociaciones, las cooperativas y políticas de promoción a la integración entre productores y consumidores;
5. Enfatizan la importancia de las políticas de desarrollo rural y agricultura familiar, como herramientas para la reducción de las desigualdades socioeconómicas que persisten en los países

de la región, integrando diversas políticas sectoriales y acciones de gobierno en distintos niveles y promoviendo el diálogo entre gobiernos y organizaciones sociales y del sector privado para su participación en la gestión de las políticas públicas;

6. Resaltan la necesidad de invertir en ciencia, tecnología e innovación amigables con el medio ambiente, de bajo costo y popular, con enfoque agroecológico, para el desarrollo de la producción agrícola, ganadera, acuicultura de recursos limitados, pesca y silvicultura comunitaria, asociados a la conservación y transformación de alimentos tradicionales, con el objetivo de mejorar la calidad de vida, especialmente de las comunidades rurales pobres. Se presta particular enfoque a las tecnologías sociales;

7. Impulsan políticas públicas que promuevan la autonomía económica de las mujeres, respetando la identidad de género, mediante el acceso en condiciones de igualdad y equidad a los recursos, bienes y servicios que se generan de la producción agropecuaria y en especial de la agricultura familiar;

8. Promueven políticas públicas que enfrenten el éxodo rural de la juventud y estimulen el fortalecimiento y la consolidación de la agricultura familiar por medio de programas de apoyo a la producción, comercialización, salud, educación, infraestructura, recreación e inclusión digital;

9. Resaltan la importancia de utilizar, en el ámbito de la CELAC, experiencias exitosas de los mecanismos de integración regional en la cooperación para el desarrollo rural, entre ellas la Reunión Especializada sobre Agricultura Familiar del MERCOSUR (REAF);

10. Reafirman su compromiso con la creación y el fortalecimiento de mecanismos de diálogo político que permitan la participación de todas las organizaciones sociales, en especial de los agricultores familiares, campesinos e indígenas, en la elaboración de políticas públicas para la agricultura familiar y el desarrollo rural,

11. Felicitan a la FAO por las actividades desarrolladas en el marco del Año Internacional de la Quinoa, que se celebra en 2013. Reafirman, además, su compromiso con la Iniciativa América Latina y el Caribe sin Hambre 2025 y solicitan a la FAO la manutención de su apoyo a los proyectos de cooperación llevados a cabo por la Iniciativa,

Acuerdan:

1. Fomentar, en el ámbito de la CELAC, el diálogo y la cooperación sobre desarrollo territorial rural y la agricultura familiar, campesina e indígena, a partir de las iniciativas emprendidas por los Estados miembros, entre ellas la Iniciativa de América Latina y el Caribe sin Hambre 2025 y la REAF.

2. Promover proyectos de cooperación e intercambio en el área de desarrollo, implementación, monitoreo y evaluación de las políticas públicas de apoyo a la agricultura familiar, campesina e indígena.

3. Apoyar el Año Internacional de la Agricultura Familiar Campesina (ONU – 2014), fomentando la participación de las organizaciones sociales y la realización de eventos y la sensibilización sobre la importancia de la agricultura familiar, campesina e indígena y estimulando la creación de comités nacionales para impulsar la discusión de acciones concretas en cada país y en la región.

4. Proponer la creación de un Grupo de Trabajo Ad Hoc, de composición abierta, coordinado por la PPT-CELAC, con el objetivo de implementar, con el apoyo de la FAO-RLC, una agenda de integración regional sobre desarrollo rural y agricultura familiar y explorar alternativas para el intercambio de experiencias y cooperación sobre el tema en los países de la CELAC, que cuente con la contribución de organizaciones de agricultores familiares.



**Sobre ABC Color y su campaña sucia contra el IALA Guaraní
Asunción, 30 de agosto de 2012**

La Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) y La Vía Campesina de Paraguay, conformadas por las siguientes organizaciones: la Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (Conamuri), el Movimiento Agrario y Popular (MAP), la Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC), el Movimiento Campesino Paraguayo (MCP), la Organización de Lucha por la Tierra (OLT) y la Organización Nacional de Aborígenes Independientes (ONAI); se dirigen a la opinión pública nacional e internacional, ante los nuevos ataques que el Diario ABC Color infunde en una campaña de desprestigio contra el Instituto Agroecológico Latinoamericano (IALA Guaraní), en notas firmadas por el periodista Jorge Torres Romero, para aclarar cuanto sigue:

El IALA Guaraní, cuyo asiento se encuentra en la comunidad Santa Catalina, distrito de Curuguaty, forma parte de una red de institutos superiores de educación formal, impulsada por la CLOC y La Vía Campesina Sudamérica; es un proyecto de formación de jóvenes rurales que tiene su origen en el Acuerdo de Tapes, donde gobiernos y movimientos campesinos se comprometieron a actuar en el área de educación superior, posibilitando a los campesinos y a las campesinas el acceso a ese grado de enseñanza, en vista de que, en la mayoría de nuestros países, éstos se encuentran excluidos de ese nivel educacional.

El Acuerdo de Tapes fue firmado en el año 2005, en el marco del V Foro Social Mundial, que se realizó en Porto Alegre (Brasil). La primera experiencia fue inaugurada en agosto de 2005, con la creación de la Escuela Latinoamericana de Agroecología (ELAA), en Brasil. Al año siguiente se creó el IALA Paulo Freire, en Venezuela. A partir de 2011 comenzó el proceso de construcción simultánea del IALA Guaraní, en Paraguay, y del IALA Amazónico, en el estado de Pará, Brasil.

Algunos objetivos de la Red IALA son: formar técnicos de nivel superior que tengan la capacidad de organizar bancos de semillas en sus comunidades; desarrollar y aplicar nuevas tecnologías agrícolas que respeten el medio ambiente sin uso de agrotóxicos ni abonos químicos solubles; organizar y orientar a los campesinos y campesinas para ser multiplicadores de semillas en sus regiones; desarrollar la organización de la producción, de la cooperación y acciones de preservación y conservación ambiental en las diversas organizaciones campesinas de América Latina, en el marco de la agroecología, entre otros.

Secretaría Operativa: Montevideo 1420 e/ Milano y Sicilia. Tel.: (021) 444-317.

nn Correo Electrónico: cloc.lvc.paraguay@gmail.com.

Atendiendo la necesidad concreta de encontrar respaldo financiero para dar inicio a la construcción del IALA Guaraní, la CLOC/Vía Campesina Paraguay se ha propuesto la consecución de los recursos para concretar el proyecto. La Itaipú Binacional fue sólo una de las entidades que recibió el proyecto de la creación y mantenimiento del instituto y, habiendo realizado todos los trámites de rigor, aprobó, mediante un convenio firmado por los directores paraguayo y brasileño, la financiación de las actividades por el término de un año, siendo los rubros garantizados: alimentación, honorarios profesionales, compra de equipamientos y el traslado.

Como se puede apreciar, el convenio firmado con la Itaipú Binacional no contempla la inversión en infraestructura, tal como afirma irresponsablemente en su serie de notas periodísticas el señor Jorge Torres Romero, con el afán tendencioso de contrastar las fotografías del local del Instituto, todavía en precarias condiciones materiales, con el monto desembolsado por la binacional.

Referente a la legalización de la Carrera de Ingeniería en Agroecología, existe un convenio marco de cooperación firmado por la Fundación IALA Guaraní y la Universidad Nacional de Pilar (UNP), cuyo alcance se limita a respaldar los trámites burocráticos para la creación de la Carrera en sí.

El proceso de legitimación del Instituto y del Curso exige ciertos requisitos desde el punto de vista de la infraestructura y de lo académico; no es algo que se pueda obtener de un día para otro, sino que sigue un curso coherente de formación y elaboración de documentos que deben necesariamente pasar por varias instancias y departamentos oficiales del Estado, donde no siempre están dispuestos a contribuir cuando el público receptor es la comunidad campesina.

El periodista de ABC Color ensaya burdamente una vinculación entre los hechos registrados el 15 de junio pasado, conocidos como la masacre de Curuguaty, y la existencia del IALA Guaraní atendiendo a una coincidencia geográfica, todo con el objetivo de confundir a la opinión pública; pretende, así, que pese una reputación negativa sobre los y las estudiantes del Instituto, quienes se están formando para ser profesionales comprometidos con su comunidad y trabajar en defensa de los bienes naturales, la soberanía alimentaria y la agricultura libre del uso de agrotóxicos que tanto dañan a la Madre Tierra.

Por el respeto que merecen los educandos y las educandas, debemos aclarar enfáticamente que no corresponde a la verdad la arbitraria afirmación de que en la nómina de estudiantes existan menores de edad o personas cuyo números de documentos correspondan a fallecidos. Son especulaciones vagas de una persona que no se ha tomado la mínima molestia de practicar un ejercicio mental de inferencia y cuyos conocimientos sobre su objeto de investigación son, por demás, extremadamente

**Secretaría Operativa: Montevideo 1420 e/ Milano y Sicilia. Tel.: (021) 444-317.
Correo Electrónico: doc.lvc.paraguay@gmail.com.**

limitados, al punto de especular, conjeturar y hacer deducciones groseras que atentan contra el buen nombre de las personas.

Entendemos que este medio de prensa, vocero del ala más conservadora de nuestra sociedad y representante de la oligarquía reaccionaria, promueve la persecución política contra las personas y grupos que optan por un pensamiento diferente. No es la primera vez que ataca el proyecto del IALA Guaraní ni lo etiqueta bajo la acusación de fomentar “adiestramiento de guerrilla”, injuria que en su momento nos hemos encargado de desmentir sin la necesidad de recurrir a estrados judiciales.

Estamos convencidos de que lucharemos por este proyecto educativo ya que el acceso a la educación es un derecho garantizado en la Constitución Nacional. Instamos a toda la ciudadanía a defender esta iniciativa de formación; nos mueve la certeza de que los verdaderos cambios sociales y estructurales sólo serán posibles de alcanzar en la medida en que fomentemos una educación inclusiva, participativa y democrática, que promueva nuevos valores.

En ese sentido, instamos a todas las organizaciones sociales, estudiantiles y populares a defender la educación como un derecho de todos y todas y, especialmente, que la capacitación de nuevos técnicos, varones y mujeres cuyo trabajo se desarrolla en las comunidades, alcance a jóvenes activos provenientes de los sectores campesinos e indígenas que tengan asegurado todo lo necesario para su aprendizaje.

Invitamos al diario ABC Color a informarse de manera más veraz y a tener presente que los movimientos campesinos lucharemos por la formación del pueblo, sin que este tipo de medidas de amedrentamiento logren hacernos flaquear en nuestras luchas.

Exhortamos a la ciudadanía a prestar atención a las publicaciones de este medio que ha sido cómplice del golpe de Estado Parlamentario en nuestro país y que ha manifestado en reiteradas oportunidades su abierta posición a favor de la clase dominante y en contra de las luchas populares.

*¡Por la tierra y la soberanía de nuestros pueblos! ¡América lucha!
¡Globalicemos la lucha! ¡Globalicemos la esperanza!
¡ABC miente! ¡ABC ijapu!*

**Secretaría Operativa: Montevideo 1420 e/ Milano y Sicilia. Tel.: (021) 444-317.
Correo Electrónico: cloc.lvc.paraguay@gmail.com.**